

PLANO DE GOVERNO

Mato Grosso do Sul · 2027-2030

“O Governo mais transparente da história do MS.”

O cidadão vê para onde vai cada real, em linguagem simples, no seu município.

“O Estado enriqueceu. E a sua vida?”

Tese-guia: o MS é rico, mas a riqueza não chega à vida das pessoas.

Preparado por

RENATO GOMES

Economista (CORECON-MS 1297) · Pré-candidato ao Governo de MS

Documento destinado à apresentação em convenção partidária, na condição de pré-candidato ao Governo de Mato Grosso do Sul, em respeito à legislação eleitoral.

Metodologia de análise de política pública: Rumelt, Bardach, custo-benefício e indicadores. Julho de 2026.

Dedicatória

A Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, e a São Carlo Acutis, confio este trabalho e esta caminhada.

Que, por sua intercessão, sejam abençoados: esta campanha, para que seja conduzida sempre na verdade; o povo de Mato Grosso do Sul, para que a riqueza da nossa terra chegue, enfim, à vida de cada família; e a conversão genuína do coração, a minha primeiro e a de toda a classe política do nosso Estado, para que o poder seja serviço, e a política, um caminho de bem comum e de amor ao próximo.

“Senhor, fazei de mim um instrumento da Vossa paz.”

Sumário Executivo

Mato Grosso do Sul vive um paradoxo. O Estado tem um dos maiores agronegócios do país, PIB que quase triplicou em uma década e é o maior exportador de celulose do Brasil, mas a renda do seu povo cresce a uma fração dessa riqueza, o interior escoia a produção por estradas de chão e a saúde pública opera em colapso. A riqueza é gerada aqui; o dividendo não chega à vida das pessoas.

Este plano parte de uma única política-guia, “o MS é rico, o povo é pobre”, e a transforma em governo por meio de um método auditável: cada proposta tem diagnóstico com dado, alternativas ponderadas, o mecanismo (“o como”), a meta mensurável, o custo e a fonte de recurso. É o padrão das melhores consultorias de política pública, adaptado à escala de um Estado.

A bandeira que abre o plano é a TRANSPARÊNCIA. O compromisso é fazer do MS o governo mais transparente da sua história, porque só quem vê para onde vai o dinheiro pode cobrar que ele chegue à sua vida. Isso se traduz em cinco medidas concretas: painéis públicos e QR code em pontos estratégicos do Estado; um Portal da Transparência refeito para o cidadão comum, com dados abertos de verdade e linguagem simples; um aplicativo que leva as contas ao celular; o Canal 157 para tirar dúvidas e denunciar; e inteligência artificial no setor público, para produtividade e para flagrar o desvio. Transparência não é acessório do combate à corrupção, é a sua principal arma.

A prova de que cabe no orçamento.

Não falta dinheiro, falta reorganizar o orçamento. Cortando privilégio e propaganda (fim dos supersalários, redução dos comissionados, corte drástico da publicidade) e revendo a renúncia de ICMS de R\$ 11,95 bi/ano com contrapartida, somados aos ganhos de eficiência dos Poderes buscados pela iniciativa da LDO e pelo debate público, abre-se um espaço fiscal que o Anexo D dimensiona por camadas: um piso verificado em dado oficial (cerca de R\$ 0,5-0,7 bi/ano só de cortes diretos) e um teto de até cerca de R\$ 20,81 bi em quatro anos, conforme a intensidade da revisão da renúncia. Descontada a desoneração do povo (R\$ 3,18 bi), o saldo é investido em saúde, segurança, estradas e educação, cada real com origem declarada (Anexo D, Tabelas 1 e 2).

Os cinco pilares.

- **1. Transparência Total e Estado Honesto**
- **2. Saúde**
- **3. Educação**
- **4. Segurança**
- **5. Economia e Desenvolvimento**

O contraste que abre o jogo.

O governo atual alega ter cumprido 98% de suas ações. A contagem independente das 31 promessas de 2022 mostra apenas 8 cumpridas por inteiro, 26%. A pergunta que este plano faz ao eleitor é simples: 98% ou 26%, qual número é verdade?

Sumário

Sumário Executivo	3
Sumário	4
1. Fundamentos e Método	10
1.1 A tese: o MS é rico, o povo é pobre.....	10
1.2 O método (padrão de análise de política pública)	10
2. Diagnóstico do Estado	11
2.1 A riqueza	11
2.2 O paradoxo da concentração.....	11
2.3 As contas públicas (LDO 2026)	11
3. Os cinco pilares.....	12
Pilar 1, Transparência Total e Estado Honesto.....	12
4.1 Combate à Corrupção e Estado Honesto	12
4.1.1 COR-01, Teto salarial sem exceções e fim dos penduricalhos	12
4.1.2 COR-02, Concurso acima da indicação: menos 40% de comissionados	12
4.1.3 COR-03, Combater fraude em atestados médicos com perícia	13
4.1.4 COR-04, Painel público de toda obra, fiscalizável do celular	13
4.1.5 COR-05, Quebrar o padrão Agesul/Detran de captura recorrente	13
4.1.6 COR-06, Levar o pacote de obras da Agesul ao TCE e ao CADE.....	13
4.1.7 COR-07, Benefício de ICMS auditado: não cumpriu, perde e devolve	14
4.1.8 COR-08, Auditar os contratos de TI do governo.....	14
4.1.9 COR-09, Teto legal para aditivos e fim das obras paradas.....	14
4.1.10 COR-10, Rastrear o histórico de desvio em obras rodoviárias	14
4.1.11 COR-11, Digitalizar o Detran-MS para estancar fraudes recorrentes	15
4.1.12 COR-12, Recuperar o dinheiro da corrupção e destiná-lo à saúde	15
4.1.13 COR-13, Método “denúncia + desfecho criminal”, não só denúncia	15
4.1.14 COR-14, Quarentena entre cargo de confiança e a toga	16
4.1.15 COR-15, Vedar o nepotismo como régua pública de integridade	16
4.1.16 COR-16, Transparência total da verba de publicidade oficial	16
4.1.17 COR-17, Cartório mais barato: fé pública apoiada em tecnologia	16
4.1.18 COR-18, Penduricalho não é salário: teto na base de cálculo	17
4.1.19 COR-19, Painéis públicos de contas (físicos e QR) em todo o Estado.....	17
4.1.20 COR-20, Portal da Transparência 2.0: dados abertos e linguagem do povo.....	17
4.1.21 COR-21, App de transparência: as contas públicas no seu bolso	18

4.1.22 COR-22, Canal 157: tira-dúvidas de contas públicas e corrupção.....	18
4.2 Gestão, Contas e Previdência	18
4.2.1 GES-01, Renegociar a dívida (PROPAG) e os contratos de custeio	18
4.2.2 GES-02, Orçamento dos Poderes: chamar ao debate público, não interferir	19
4.2.3 GES-03, Reconstruir o Fundo de Capitalização da previdência	19
4.2.4 GES-04, Carreira e mérito: política salarial com base no DIEESE	20
4.2.5 GES-05, Anexo orçamentário auditável: a prova de que cabe no orçamento	20
4.2.6 GES-06, Cortar privilégios e redirecionar à saúde e à educação.....	20
4.2.7 GES-07, Governador que fiscaliza o caixa, não a inauguração	21
4.2.8 GES-08, Efetivar o magistério: concurso e carreira contra a convocação	21
4.2.9 GES-09, Previdência mais justa: alíquota progressiva, não 14% linear	22
4.2.10 GES-10, O Estado indireto: empresas, autarquias e terceirizadas sob metas	22
4.2.11 GES-11, Inteligência artificial no setor público: produtividade, transparência e integridade	23
Pilar 2, Saúde.....	24
5.1 Saúde	24
5.1.1 SAU-01, Hospitais regionais 24h e fixação de médicos no interior	24
5.1.2 SAU-02, Plano emergencial para desafogar a Santa Casa de Campo Grande	24
5.1.3 SAU-03, Pôr em uso a estrutura de saúde que já existe.....	25
5.1.4 SAU-04, Normalizar as UPAs em cooperação com os municípios	25
5.1.5 SAU-05, Elevar a aplicação em saúde: de 12% para 18-20% do orçamento (+2 pontos/ano).....	25
5.1.6 SAU-06, Auditar a Cassems e conter reajustes abusivos	26
5.1.7 SAU-07, Força estadual permanente contra as arboviroses.....	26
5.1.8 SAU-08, Regulação transparente da fila de cirurgias e laqueadura	26
5.1.9 SAU-09, Merenda saudável com alimento produzido no MS	26
5.1.10 SAU-10, Auditoria das PPPs de saúde, com prioridade ao interior	26
5.1.11 SAU-11, Método antes de privatizar: auditar a demanda e ouvir a população	27
5.1.12 SAU-12, Gestor da saúde usa o SUS: limitar reembolso de plano privado	27
5.1.13 SAU-13, Pôr o ativo próprio em operação e acabar com aluguéis suspeitos	27
Pilar 3, Educação	28
6.1 Educação.....	28
6.1.1 EDU-01, Ensino médio técnico ligado às vagas reais do MS.....	28
6.1.2 EDU-02, Escola em tempo integral, mérito e concurso de professores	28
6.1.3 EDU-03, Entregar as reformas escolares prometidas, com saneamento	28

6.1.4 EDU-03b, Recuperar o ensino médio: gestão por resultado e busca ativa.....	28
6.1.5 EDU-04, Cofinanciar creches (0-3 anos) com os municípios	29
6.1.6 EDU-05, EJA e alfabetização de idosos com igrejas e comunidades	29
6.1.7 EDU-06, Saneamento e laboratórios nas escolas de alto risco	29
6.2 Cultura	29
6.2.1 CUL-01, Prioridade ao artista local nos editais e eventos públicos.....	30
Pilar 4, Segurança.....	31
7.1 Segurança e Fronteira	31
7.1.1 SEG-01, Mais efetivo e mais tecnologia na segurança, com prioridade na fronteira.....	31
7.1.2 SEG-02, Central integrada de inteligência para “seguir o dinheiro”	31
7.1.3 SEG-03, Prevenir o crime com escola integral, esporte e cultura	32
7.1.4 SEG-04, Valorizar a base da PM, financiada pelo fim do desvio	32
7.1.5 SEG-05, Enfrentar o colapso prisional e a entrada de facção.....	32
7.1.6 SEG-06, Política estadual de enfrentamento ao feminicídio	33
7.1.7 SEG-07, Meta de redução do crime por região, cobrada por resultado.....	33
Pilar 5, Economia e Desenvolvimento	34
8.1 Economia e Desenvolvimento Produtivo	34
8.1.1 ECO-01, Reorganizar orçamento e tributação em torno do bem comum	34
8.1.2 ECO-02, Empresas em 3 Anéis: crédito de ICMS por contrapartida.....	34
8.1.3 ECO-03, “Compre MS”: crédito de ICMS para adensar as cadeias locais.....	34
8.1.4 ECO-04, Revisar incentivos e fazer orçamento por prioridade	35
8.1.5 ECO-05, Banco estatal comercial e de desenvolvimento do MS	35
8.1.6 ECO-06, Prioridade ao profissional liberal do MS nas contratações públicas	35
8.1.7 ECO-07, Cadastro público anual dos beneficiários de ICMS	36
8.1.8 ECO-08, Condicionar a renovação de benefício fiscal a metas verificáveis	36
8.1.9 ECO-09, Avaliação bienal de custo-benefício da renúncia de ICMS	36
8.1.10 ECO-10, Enfrentar a usura: crédito barato como política econômica	37
8.1.11 ECO-11, Verticalizar a produção e reter valor dentro do MS	37
8.2 Bolso do Povo (Custo de Vida).....	37
8.2.1 BP-01, ICMS zero no gás de cozinha para famílias do CadÚnico	37
8.2.2 BP-02, Energia: isenção até 150 kWh e faixas progressivas de ICMS.....	38
8.2.3 BP-03, Carne mais barata: diferimento de ICMS e selo “Carne MS”	38
8.2.4 BP-04, ICMS zero na cesta básica, mirando reduzir o custo até 50%	38
8.2.5 BP-05, Desonerar remédios, internet e água/esgoto essenciais.....	38

8.2.6 BP-06, Loteria estadual (Lotesul): não institucionalizar o jogo	39
8.2.7 BP-07, Transporte coletivo: estudo técnico antes de renovar a concessão.....	39
8.3 Justiça Tributária	39
8.3.1 JT-01, Tributar mais o patrimônio e o supérfluo, menos o essencial	39
8.3.2 JT-02, ITCMD progressivo, com faixa para o latifúndio improdutivo	40
8.3.3 JT-03, Cooperar com municípios contra o latifúndio subtributado (ITBI/ITR)	40
8.3.4 JT-04, IPVA progressivo, alcançando lanchas e aeronaves de luxo	40
8.3.5 JT-05, Fiscalização integrada e modernização da PGE.....	40
8.3.6 JT-06, ICMS seletivo: aliviar o essencial, onerar o luxo	40
8.4 Interior e Infraestrutura.....	41
8.4.1 INT-01, Pavimentar por critério de escoamento e acesso à saúde.....	41
8.4.2 INT-02, Enfrentar a precariedade viária, a 2ª maior queixa da população.....	41
8.4.3 INT-03, Interiorizar o desenvolvimento: reter a riqueza onde é gerada	42
8.4.4 INT-04, Esgoto não é luxo: metas da Sanesul por município.....	42
8.4.5 INT-05, Concorrência na compra do boi e cooperativismo no interior	42
8.4.6 INT-06, Meta de 30% de investimento: orçamento mais banco de desenvolvimento.....	42
8.4.7 INT-07, Mediar o conflito indígena-produtor e assistir os assentamentos	43
8.4.8 INT-08, “Fim das pontes de madeira”: substituição faseada por concreto.....	43
8.4.9 INT-09, Definir o substituto do Fundersul para manter as estradas	43
8.5 Energia	44
8.5.1 ENE-01, MSGÁS vira holding “MS Energia” com controle estatal	44
8.5.2 ENE-02, “MS Solar”: energia solar sem entrada para a baixa renda	44
8.5.3 ENE-03, Energia barata como vetor de industrialização e emprego.....	45
8.6 Habitação e Moradia	45
8.6.1 HAB-01, Programa habitacional para ~30-35 mil famílias em 4 anos.....	45
8.6.2 HAB-02, Regularização fundiária (REURB-S) em massa com os municípios	45
8.6.3 HAB-03, “Terreno do Cidadão”: autoconstrução assistida no interior	46
8.6.4 HAB-04, Bônus Moradia complementando o Minha Casa Minha Vida	46
8.6.5 HAB-05, Urbanizar as comunidades precárias via Novo PAC	46
8.6.6 HAB-06, FEHIS só em habitação, com transparência e auditoria.....	46
8.7 Turismo.....	47
8.7.1 TUR-01, Dobrar a fatia do turismo no PIB, com o Pantanal à frente	47
8.7.2 TUR-02, Destruar o acesso ao Pantanal e a Corumbá	47
8.7.3 TUR-03, Promoção internacional pela Rota Bioceânica.....	47

8.7.4 TUR-04, Replicar o “modelo Bonito” e distribuir a demanda	48
8.7.5 TUR-05, Turismo de negócios (MICE) contra a sazonalidade	48
8.7.6 TUR-06, Ampliar o FUNDTUR e decidir a promoção por dado	48
8.8 Meio Ambiente e Pantanal	48
8.8.1 AMB-01, Brigada permanente e manejo do fogo, via Fundo Amazônia	49
8.8.2 AMB-02, Escalar o PSA e monetizar o carbono do Pantanal	49
8.8.3 AMB-03, Qualificar o ICMS Ecológico premiando a conservação	49
8.8.4 AMB-04, Reestruturar o IMASUL: agilidade com fiscalização	50
8.8.5 AMB-05, Regulamentar a Lei do Pantanal com produtores e ambientalistas	50
8.8.6 AMB-06, Salvar o Cerrado: recuperar pastagem em vez de abrir área	50
8.9 Agricultura Familiar e Pequeno Produtor	51
8.9.1 AGF-01, Favorecer o pequeno produtor: alto impacto social, baixo custo	51
8.9.2 AGF-02, Comprar da agricultura familiar (PNAE 60%, dobrar o PAA)	51
8.9.3 AGF-03, ATER de verdade: +360 técnicos no cinturão pobre	51
8.9.4 AGF-04, Selo e mini-laticínios para o pequeno industrializar	52
8.9.5 AGF-05, Fundo de garantia e compra coletiva de insumo	52
9. Arcabouço Fiscal (Financiamento)	53
10. Governança e Implementação	53
10.1 Primeiros 100 dias (quick-wins)	53
10.2 Reformas estruturais (4 anos)	54
Anexo A, Registro de Casos (Combate à Corrupção)	55
Anexo B, Metas Públicas (compromissos já divulgados)	56
Anexo C, Programas faseados e orçamento (investimento × custeio)	57
Saúde	57
Habitação	57
Segurança	58
Estradas	58
Educação	59
Turismo	59
Meio Ambiente	59
Agric Familiar	60
Anexo D, De onde vêm os recursos	61
Tabela 1, Fontes de economia (ordem de grandeza)	61
Tabela 2, Aplicação dos recursos (para onde vão)	61

1. Fundamentos e Método

1.1 A tese: o MS é rico, o povo é pobre

O ponto de partida é um diagnóstico, não um slogan. Mato Grosso do Sul gera riqueza em abundância, mas ela se concentra em poucos municípios e vaza para fora na forma de lucro de empresas de fora e de produto exportado cru. A missão do governo é fechar a distância entre a riqueza gerada e o dividendo que chega ao cidadão.

1.2 O método (padrão de análise de política pública)

Cada proposta deste plano segue a mesma disciplina, na linha do “Caminho Óctuplo” de Bardach (Harvard/Berkeley) e do núcleo de estratégia de Rumelt:

- Diagnóstico, o problema, provado por um dado.
- Alternativas e critério, os caminhos possíveis e por que este vence.
- Ação (o “como”), o mecanismo concreto, com nome.
- Meta (KPI), como o resultado será medido.
- Custo e financiamento, quanto custa e de onde sai o recurso (pay-for).
- Fonte, a origem do dado/da proposta, para rastreabilidade.

2. Diagnóstico do Estado

2.1 A riqueza

PIB acima de R\$ 184 bi (chegando a R\$ 227 bi em estimativas recentes), quase o triplo do valor de 2014; maior exportador de celulose do Brasil; um dos maiores rebanhos e safras de grãos do país. O agronegócio responde por cerca de 23% do PIB estadual.

2.2 O paradoxo da concentração

Cinco municípios concentram 48% do PIB estadual; Campo Grande sozinha reúne um terço da população e cerca de um quarto do PIB e da receita. A desigualdade de PIB per capita entre o município mais rico e o mais pobre chega a 16,9 vezes. O interior “produz como rico e vive como pobre”: escoa bilhões por uma malha estadual em que 85% das rodovias não têm asfalto pleno e menos de 1% é duplicada.

2.3 As contas públicas (LDO 2026)

O Estado não está “quebrado” pelo teto de endividamento (dívida consolidada baixa frente à Receita Corrente Líquida), mas seu caixa encolhe: resultado primário deficitário sem a previdência (-R\$ 207 mi), margem de expansão de despesa negativa, e despesa de pessoal em 51,97% da RCL, acima do teto prudencial. O maior reservatório de recurso é a renúncia de ICMS: R\$ 11,95 bi/ano, mais da metade da receita tributária. Ver Anexo, Arcabouço Fiscal (seção 9).

3. Os cinco pilares

O plano se organiza em CINCO pilares, Transparência Total e Estado Honesto, Saúde, Educação, Segurança e Economia, para simplificar a mensagem. Dentro de cada pilar, os temas se desdobram em propostas, cada uma na estrutura do método (diagnóstico, ação, meta, custo, fonte).

Pilar 1, Transparência Total e Estado Honesto

O governo mais transparente da história do MS: o cidadão vê para onde vai cada real, em linguagem simples e no seu município, com painéis e QR pelo Estado, um Portal feito para o povo, app, o Canal 157 e inteligência artificial contra o desvio. É a transparência que corta o privilégio, expõe a corrupção e faz o dinheiro chegar aos outros pilares.

33 propostas, organizadas nos temas abaixo. Política-guia: fechar a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas.

4.1 Combate à Corrupção e Estado Honesto

22 propostas.

4.1.1 COR-01, Teto salarial sem exceções e fim dos penduricalhos

Diagnóstico: Elite restrita do funcionalismo ganha acima do teto enquanto falta hospital

Evidência / dado: Folha mar/2026 (Portal da Transparência): Governador = R\$35.462 bruto (referência). 2.833 servidores recebem MAIS que o Governador (1.204 ativos + 1.629 aposentados); 2.003 acima do teto do STF (R\$46.366). Concentração: SEFAZ/fisco (595), delegados (162), procuradores/PGE (99), oficiais PM (87).

Ação (o como): Teto efetivo sem exceções (verbas indenizatorias incluídas); lei estadual anti-penduricalho; transparência nominal; auditoria retroativa do TCE-MS (5 anos)

Meta / indicador (KPI): Servidores acima do teto de ~2.700 -> zero

Custo e financiamento: Economia acionável = excedente dos ATIVOS acima do teto ~R\$0,32-0,46 bi/ano (x13, inclui 13º). Teto teórico incluindo inativos ~R\$0,6-1,0 bi/ano, mas parte é direito adquirido (não realizável de imediato). Destinar à saúde/segurança.

Onde já funcionou / referência: Rigor: os extremos (PMMS R\$158 mil e R\$111 mil em mar/26) são 100% "outras verbas" = pagamento RETROATIVO de 1 mês, NÃO salário permanente, não usar como "PM que ganha R\$158 mil". O supersalário PERMANENTE é o do fisco/PGE (base ~R\$46-75 mil; líquido R\$57-72 mil após abate-teto).

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026; plano v0.7; Portal da Transparência MS, folha mar/2026

4.1.2 COR-02, Concurso acima da indicação: menos 40% de comissionados

Diagnóstico: Postos técnicos capturados por indicação política; concurso esvaziado

Evidência / dado: Abr/2026-302 novos cargos comissionados no TJMS numa canetada | Folha mar/2026: 3.191 comissionados ativos (5,6% dos 57.327). 2.599 estão no Administrativo (25,3% da área), contra 0,7% na educação, 1,0% na segurança e 7,2% na saúde: o comissionamento é do "meio", não da ponta.

Ação (o como): Preferência pelo Concursado (min. 60% dos comissionados por efetivos em 24 meses); veda nepotismo (SV13); auditoria em 90 dias; -40% de comissionados; plano de 5.000 concursos

Meta / indicador (KPI): 40% comissionados; +5.000 efetivos; nepotismo -> zero

Custo e financiamento: -40% dos comissionados $\approx$ 1.040 cargos, concentrados no administrativo (não fragiliza o serviço-fim). Economia da folha comissionada + reposição por concurso; dimensionar em R\$/ano $\times$ 13 (13º) pela folha média do grupo.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; comunicação_digital; Portal da Transparência MS, folha mar/2026

4.1.3 COR-03, Combater fraude em atestados médicos com perícia

Diagnóstico: Fraudes/exageros em atestados médicos geram absenteísmo e custo

Ação (o como): Não tolerar fraudes; perícia e juntas médicas + punição a fraude comprovada

Meta / indicador (KPI): Taxa de absenteísmo; % de atestados auditados

Custo e financiamento: Baixo; gera economia

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026

4.1.4 COR-04, Painel público de toda obra, fiscalizável do celular

Diagnóstico: Contratos públicos sem transparência (ex. MS-180 'Lama Asfáltica')

Evidência / dado: Despesa 2025 (Portal Transparência): cluster de obras em 4 construtoras ~R\$495mi (Vale do Rio Novo R\$154mi, Perfil R\$132mi, Engepar R\$105mi, LCM R\$103mi) - alvo do painel público de obras. | Contratos vigentes 2025: AGESUL concentra R\$6,01 bi em 332 contratos = 43% de TODO o valor contratado do Estado (R\$13,83 bi/3.429 contratos), a maior concentração e o principal alvo do painel público de obras.

Ação (o como): Portal aberto de gastos em tempo real; painel público de toda obra de estrada (valor, empresa, medição com foto/GPS, fiscalizável do celular); fiscal que assina medição falsa responde com o próprio bolso

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Plano v0.7; comunicação_digital

4.1.5 COR-05, Quebrar o padrão Agesul/Detran de captura recorrente

Diagnóstico: Mesmos dois órgãos (Agesul/Detran) com chefe preso/condenado em 3 governos seguidos - sistema, não coincidência

Evidência / dado: Puccinelli/Agesul (desvio R\$5,1mi MS-357, condenado por improbidade 01/06/2026); Azambuja/Detran (Gerson Claro preso 2017; contrato Piramide R\$7,4mi sem licitação); Riedel/Agesul (Rudi Fiorese preso 12/05/2026 e depois solto; contratos R\$113,7mi; R\$183 mil em espécie em casa)

Ação (o como): Painel público de obras + responsabilização do fiscal (COR-04)

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: dizer 'preso em maio/2026 e depois solto', nunca 'esta preso'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Dossie projeto; comunicação_digital

4.1.6 COR-06, Levar o pacote de obras da Agesul ao TCE e ao CADE

Diagnóstico: Pacote de obras da Agesul com indícios de conluio e captura do órgão

Evidência / dado: R\$1,9bi em 5 concorrências (057-062); ALS/Rial/Navicon; lote 2 (Ribas, R\$98,65mi) com as 3 juntas; deságio irrisório de 0,92% (indício de cartel); NÃO confundir com os 'R\$2,1bi' de tapa-buraco da imprensa

Ação (o como): Representação ao TCE-MS (sem trava de prazo, pedir cautelar) + representação ao CADE por cartel; base técnica (CNPJ/QSA/desagios)

Onde já funcionou / referência: O que NÃO fecha: inabilitacao por reu-presos (art.14 taxativo; CEIS/CNEP sem sancao ativa em 23/06). Peca técnica, sem moldura eleitoral (proc. TRE 0600151-64.2026)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Impugnacao Agesul (analise)

4.1.7 COR-07, Benefício de ICMS auditado: não cumpriu, perde e devolve

Diagnóstico: Ação penal da propina JBS trancada em sigilo reforça que benefício fiscal sem transparência gera propina

Evidência / dado: AP 980 trancada por Toffoli (fim/2025, revelado 02/06/2026); propina R\$67,7mi; prejuizo R\$209,7mi ao MS; R\$277,5mi bloqueados. Reinaldo presumido inocente

Ação (o como): Todo benefício de ICMS público e auditado; não cumpriu, perde e devolve (liga com 3 Anéis)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Dossie projeto (O Jacare 02/06/2026)

4.1.8 COR-08, Auditar os contratos de TI do governo

Diagnóstico: Empresas de TI do governo (socios pai/filho Marinho); TAC de Reinaldo enterrou investigacao; ponte com Track Land de Bazzano via consórcio AGEMS

Evidência / dado: Despesa 2025: cluster de TI ~R\$207mi (DIGITHOBRASIL R\$113mi + INOVVATI R\$94mi) - dimensiona a auditoria dos contratos de TI.

Ação (o como): Auditoria e transparência dos contratos de TI

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Dossie projeto

4.1.9 COR-09, Teto legal para aditivos e fim das obras paradas

Diagnóstico: Obra emblematica que consumiu muito mais que o licitado e nunca foi entregue - retrato do 'MS rico, obra parada'

Evidência / dado: Aquario do Pantanal: licitado R\$84mi -> gasto ~R\$234mi sem inaugurar; um serviço cobrado +245% (MP aponta superfaturamento)

Ação (o como): Teto legal de aditivo (ex. 25%); cancelamento de contrato que estoura sem entrega, com responsabilizacao do gestor; auditoria do estoque de obras paradas

Meta / indicador (KPI): % de obras entregues no prazo/orçamento; estoque de obras paradas (nº e R\$)

Onde já funcionou / referência: MP-MS (indicio de superfaturamento)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Capital News; Campo Grande News; MP-MS

4.1.10 COR-10, Rastrear o histórico de desvio em obras rodoviárias

Diagnóstico: Esquema de desvio em obras rodoviaras na gestão Puccinelli - munção histórica do padrão Agesul

Evidência / dado: Lama Asfaltica: dano denunciado R\$308,8mi; núcleo Amorim CONDENADO em 1a instância a pagar R\$13,2mi por desvio de R\$5,1mi (01/06/2026)

Ação (o como): Painel público de obras + medição independente (ver COR-04)

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: Puccinelli foi ABSOLVIDO em uma ação; 'condenado em 1ª instância' vale só p/ o núcleo Amorim; presunção de inocência

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: MPF-MS; O Jacaré 01/06/2026

4.1.11 COR-11, Digitalizar o Detran-MS para estancar fraudes recorrentes

Diagnóstico: Fraudes recorrentes no Detran-MS ao longo de anos - órgão que se repete no padrão de captura

Evidência / dado: +4.000 fraudes em 5 anos; ~30 servidores investigados; despachante preso e depois solto; valor global

Ação (o como): Digitalização e rastreabilidade dos serviços; auditoria permanente; transparência de gravames/vistórias

Meta / indicador (KPI): Nº de fraudes detectadas/ano; % de serviços digitalizados

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: investigados, sem condenação; 'preso e depois solto'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Midiamax 2026; Capital News

4.1.12 COR-12, Recuperar o dinheiro da corrupção e destiná-lo à saúde

Diagnóstico: Corrupção/desperdício não é bandeira moral - e dinheiro que deixa de virar saúde e estrada

Evidência / dado: Piso DOCUMENTADO (casos com operação/denúncia, 3 governos): ~R\$985mi a R\$1,2bi. Estimativa de ORDEM DE GRANDEZA (percentuais de auditoria sobre obras/compras): R\$350-700mi/ano

Ação (o como): Recuperar parte (ex. metade, R\$200-350mi/ano) e destinar a saúde/estrada; central de compras; controladoria independente

Meta / indicador (KPI): R\$ recuperados/ano via TCE/controladoria; economia em compras; ranking de transparência

Custo e financiamento: GERA recuperação de recurso

Onde já funcionou / referência: REGRA DE OURO: nunca somar piso documentado + estimativa como se fossem a mesma coisa; estimativa e 'referência de auditoria', não valor desviado. Ver aba Registro Corrupção

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: LOA 2026; FIESP; TCU/auditorias; registro deste eixo

4.1.13 COR-13, Método “denúncia + desfecho criminal”, não só denúncia

Diagnóstico: Denúncia sem desfecho vira casuismo; o povo quer justiça, não 'economia'

Ação (o como): MÉTODO 'denúncia + desfecho criminal': prova nos contratos -> boletim de ocorrência -> delegacia -> Ministério Público; buscar peculato/corrupção/fraude (crimes que dão cadeia), não só reapetuação

Meta / indicador (KPI): Nº de casos levados a delegacia/MP com prova documental

Onde já funcionou / referência: Assinatura do método 'denúncia + COMO' dele

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.1.14 COR-14, Quarentena entre cargo de confiança e a toga

Diagnóstico: Escudeiro leal do governo vai direto a cargo vitalício no Judiciário (desembargador), sem sabatina/contrapeso

Ação (o como): Compromisso público de QUARENTENA: quem ocupou cargo de confiança no governo não vai, logo em seguida, ao Judiciário julgar aquele mesmo poder

Meta / indicador (KPI): Regra de quarentena adotada (sim/não)

Onde já funcionou / referência: 'A justiça não pode ser o butiquim do governador de plantão'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.1.15 COR-15, Vedar o nepotismo como régua pública de integridade

Diagnóstico: Corrupção e 'a morte de uma função' (Aristoteles): o político que emprega parente no cargo que deveria fiscalizar mata a própria função fiscalizadora

Ação (o como): Vedar nomeação de parentes (SV13/nepotismo cruzado) e usar essa definição como régua pública

Meta / indicador (KPI): Nepotismo -> zero; vínculos de parentesco publicados no Portal da Transparência

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.1.16 COR-16, Transparência total da verba de publicidade oficial

Diagnóstico: Verba de publicidade repartida entre parlamentares funciona como moeda de silêncio - 'preço para calar, para bater, para elogiar'

Evidência / dado: Verba de publicidade ≈ R\$85-95 mi/ano, triangulada por 2 fontes oficiais: (1) Concorrência 001/2020-SEGOV (Lei 12.232/2010) = R\$87,4 mi em 2025 (anos cheios 2022-2025 entre R\$76-87 mi/ano); (2) despesa por credor 2025 = R\$95,4 mi a agências. Concentração estrutural: as MESMAS 10 agências desde 2020 (líderes Agilita e Oitenta Vinte). À parte: ~R\$38 mi/ano em eventos.

Ação (o como): Transparência total da verba de publicidade (quanto vai a cada veículo) + CPI/auditoria da publicidade oficial

Meta / indicador (KPI): % da verba de publicidade com destino publicado

Onde já funcionou / referência: Rigor: a Concorrência 001/2020 é LEGAL, a Lei 12.232/2010 permite contratar várias agências; NÃO afirmar que a licitação é fraudada. O ângulo correto é (a) o VOLUME (~R\$90 mi/ano) como custo de oportunidade (≈ fechar o déficit da Polícia Civil), (b) a transparência de quanto vai a CADA veículo (a distribuição, não a licitação) e (c) o uso político da verba. Pedir a distribuição por veículo à SEGOV/SUBCOM via LAI.

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Vídeos @economistarenato; Portal da Transparência MS, despesa por credor 2025; Concorrência 001/2020-SEGOV (Processo 51/000.240/2020); Lei 12.232/2010

4.1.17 COR-17, Cartório mais barato: fé pública apoiada em tecnologia

Diagnóstico: Serviços de cartório encarecem a vida do povo e poderiam ser substituídos por tecnologia

Evidência / dado: Tabelião pode ganhar ~R\$1mi/mes

Ação (o como): Substituir função cartorária por blockchain, certificado digital e fe pública ampliada a advogados (competência parcial - normas do CNJ/federal)

Meta / indicador (KPI): Custo cartorário médio ao cidadão

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.1.18 COR-18, Penduricalho não é salário: teto na base de cálculo

Diagnóstico: Parte do supersalário não é salário: são "outras verbas" (indenizatórias/retroativas) que escapam do teto e viram base de 13º e de aposentadoria.

Evidência / dado: Folha mar/2026: no grupo acima do Governador, 13,4% da remuneração é "outras verbas"; nos extremos (PMMS) chega a 100% (retroativo). O abate-teto corta o líquido de 2.003 para 215, mas o bruto alto permanece como base de cálculo.

Ação (o como): Auditar as rubricas "outras verbas" das carreiras de topo; submeter o penduricalho ao teto na BASE DE CÁLCULO (não só no líquido), de modo que não infle 13º nem proventos de aposentadoria; publicar rubrica a rubrica.

Meta / indicador (KPI): Nº de rubricas indenizatórias acima do teto zeradas; queda do bruto médio das carreiras de topo; % de "outras verbas" na folha.

Custo e financiamento: Baixo (auditoria/normativo); GERA economia estrutural ao reduzir a base de 13º e de aposentadoria (efeito plurianual).

Onde já funcionou / referência: Distinguir retroativo eventual (legítimo, pontual) de penduricalho recorrente (o alvo). Requer detalhamento de rubricas via SAD/SEFAZ (LAI).

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Portal da Transparência MS, folha mar/2026; análise própria

4.1.19 COR-19, Painéis públicos de contas (físicos e QR) em todo o Estado

Diagnóstico: O cidadão não vê para onde vai o dinheiro no seu dia a dia; a informação fica trancada em sistemas que só técnico entende.

Evidência / dado: Hoje, achar quanto o Estado gastou numa obra ou quanto o município recebeu exige navegar um portal difícil, o povo simplesmente não acessa.

Ação (o como): PAINÉIS PÚBLICOS DE CONTAS, físicos e digitais (QR code), em pontos estratégicos do Estado (rodoviárias, UBS, escolas, praças, prédios públicos), mostrando em linguagem simples as contas do Estado E as contas locais que interessam àquele público (obras, saúde e educação do próprio município), com atualização em tempo real.

Meta / indicador (KPI): Nº de painéis instalados; municípios cobertos; acessos aos QR codes

Custo e financiamento: CUSTO BAIXO (telas/adesivos + integração de dados). PRAZO: Fase 1 (100 dias para o piloto).

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Proposta de campanha (transparência)

4.1.20 COR-20, Portal da Transparência 2.0: dados abertos e linguagem do povo

Diagnóstico: O Portal da Transparência é tecnicamente inacessível ao leigo: dados em jargão contábil, busca ruim e sem download em massa, na prática, o cidadão comum NÃO consegue achar a informação.

Evidência / dado: Auditoria própria (jul/2026): o 'Dados Abertos' do Portal exige login (retorna 'não autorizado'); a busca de órgão exige 3+ letras e não lista; a receita aparece como 'natureza 1.1.1.4.50', não como 'ICMS'; para ver um fundo, uma consulta por vez.

Ação (o como): PORTAL DA TRANSPARÊNCIA 2.0, reconstruído para o cidadão: (a) DADOS ABERTOS DE VERDADE, API pública SEM login e download em massa (CSV/JSON) de receita, despesa, folha e contratos; (b) camada em LINGUAGEM POPULAR ('quanto o Estado gastou com merenda em Dourados'); (c) visão POR MUNICÍPIO/BAIRRO; (d) 'siga o dinheiro', da arrecadação ao repasse à obra, com foto e GPS (liga com COR-04).

Meta / indicador (KPI): Nota no ranking de transparência (Atricon/CGU); % de dados em formato aberto; tempo médio para o cidadão achar uma informação

Custo e financiamento: CUSTO MÉDIO (desenvolvimento + dados abertos). PRAZO: Fases 1-2.

Prioridade: Estruturante

Fonte: Auditoria própria do Portal MS (jul/2026)

4.1.21 COR-21, App de transparência: as contas públicas no seu bolso

Diagnóstico: Mesmo um portal melhor ainda exige o cidadão ir atrás; falta a transparência chegar ao bolso, ativa e fácil.

Evidência / dado: A maior parte da população acessa serviços pelo celular, não pelo computador.

Ação (o como): APP OFICIAL DE TRANSPARÊNCIA, gratuito, com acesso facilitado e NOTIFICAÇÕES ('nova obra contratada na sua cidade por R\$ X'; 'seu município recebeu R\$ Y de saúde este mês') e busca em LINGUAGEM NATURAL (assistente com IA, ver GES-11).

Meta / indicador (KPI): Downloads; usuários ativos mensais; nº de municípios com dado local no app

Custo e financiamento: CUSTO BAIXO-MÉDIO (app + integração). PRAZO: Fase 2.

Prioridade: Estruturante

Fonte: Proposta de campanha (transparência)

4.1.22 COR-22, Canal 157: tira-dúvidas de contas públicas e corrupção

Diagnóstico: O cidadão que quer entender uma conta pública ou denunciar uma suspeita não tem um canal simples e direto, a informação e a denúncia se perdem.

Evidência / dado: Canais de ouvidoria existem, mas são pouco conhecidos e pouco resolutivos para dúvidas de transparência.

Ação (o como): CANAL 157, telefônico e digital, para o cidadão TIRAR DÚVIDAS sobre as contas públicas e CONSULTAR/DENUNCIAR suspeitas de corrupção, integrado à Ouvidoria e à Controladoria-Geral (CGE), com triagem por IA e resposta rastreável (protocolo que o cidadão acompanha).

Meta / indicador (KPI): Nº de atendimentos; % de dúvidas resolvidas; denúncias que viram apuração formal

Custo e financiamento: CUSTO BAIXO (central + integração à Ouvidoria/CGE). PRAZO: Fase 1.

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Proposta de campanha (transparência)

4.2 Gestão, Contas e Previdência

11 propostas.

4.2.1 GES-01, Renegociar a dívida (PROPAG) e os contratos de custeio

Diagnóstico: Prioridades invertidas - 3 vetores consomem 83% da despesa

Evidência / dado: Despesa 2024 R\$24,9bi; Pessoal/RCL 51,97% (LDO 2026, acima do teto LRF de 49%); Previdência 20%; Duodécimos 14%; Capag caiu de A+ para B+; margem de expansão de despesa NEGATIVA

Ação (o como): Revisão/renegociação de contratos de custeio >R\$5mi; adesão ao PROPAG (renegociar ~R\$9,5bi da dívida com a União) p/ liberar investimento

Meta / indicador (KPI): Custeio -10-15% (R\$700mi-1bi/ano); voltar ao alerta da LRF (44,1%); Capex para A

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: MS e pouco endividado pelo teto da LRF (DCL/RCL ~25%) - o ângulo e caixa que encolhe + primário deficitário, não 'estado quebrado'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; LDO 2026

4.2.2 GES-02, Orçamento dos Poderes: chamar ao debate público, não interferir

Diagnóstico: Os Poderes/órgãos autônomos consomem ~14% do orçamento sem que o povo participe ou observe como esse recurso é aplicado; o debate sobre eficiência e justiça orçamentária não é público.

Evidência / dado: TJMS/MPMS/TCE/ALEMS/DPGE = ~R\$3,5 bi/ano (14% do orçamento); TJMS recebe 6,30% da RCL e é apontado como um dos mais eficientes do país.

Ação (o como): Combinar dois instrumentos legítimos, sem ferir a autonomia dos Poderes: (1) a INICIATIVA DA LDO, que é do governador (CF art. 165), para fixar diretrizes, metas e indicadores de eficiência e para explicitar, com números, cortes de improdutividade e de orçamentos mal alocados; (2) a CONVOCAÇÃO dos órgãos (TJMS/MP/TCE/ALEMS/Defensoria) ao DEBATE PÚBLICO sobre eficiência, transparência e justiça orçamentária, com participação e observação popular. O governador não dita o gasto interno de cada Poder, mas LIDERA o arcabouço orçamentário e a transparência.

Meta / indicador (KPI): Cortes de improdutividade e de má alocação estimados e publicados; folhas dos Poderes comparáveis; audiências públicas de orçamento realizadas; participação popular; economia como consequência da LDO e do debate.

Custo e financiamento: Economia estimável a partir da improdutividade e da má alocação orçamentária, conduzida pela INICIATIVA DA LDO (do governador) + debate público, sem ferir a autonomia (não corta o duodécimo dos outros Poderes). Resultado = diretriz orçamentária + pressão social por justiça.

Onde já funcionou / referência: A iniciativa da LDO é constitucionalmente do governador (CF art. 165): propor diretrizes e metas de eficiência e apontar improdutividade/má alocação NÃO fere a autonomia, o que a feriria seria cortar o duodécimo por conta própria. O enquadramento LDO + debate público mantém a legitimidade e reduz o risco de adversário institucional.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

4.2.3 GES-03, Reconstruir o Fundo de Capitalização da previdência

Diagnóstico: Liquidação do Fundo de Capitalização em 2017 (Azambuja) destruiu a previdência

Evidência / dado: Lei 5.101/2017 usou R\$377mi do fundo p/ despesa corrente, inconstitucional em caso análogo do RS (STF); déficit RPPS R\$1,848bi (2024); aporte do Tesouro subindo até R\$645mi/ano a partir de 2028; déficit anual caiu de R\$1,84bi (2024) p/ R\$958mi (2025); Plano de Amortização (Lei 6.339/2024) mira zerar o déficit em 2046; SEM segregação de massas desde 2017 (ver GES-09) | Folha mar/2026: 33.525 inativos (27.644 aposentados + 5.881 pensão) × 57.327 ativos = razão 0,58. Inativos consomem 45% da folha bruta (R\$415,5 mi/mês ≈ R\$5,4 bi/ano, ×13 com 13º).

Ação (o como): Reconstruir a segregação da massa e o Fundo de Capitalização (8-12 anos), movimento inverso ao de 2017; estudo atuarial anual público; direitos adquiridos integrais

Meta / indicador (KPI): R\$800mi-1,5bi/ano de espaço; Fundo reconstituído ~R\$2,5bi em 4 anos

Onde já funcionou / referência: Enquadramento: reconstituir e constitucional; liquidar e inconstitucional

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; Portal da Transparência MS, folha mar/2026

4.2.4 GES-04, Carreira e mérito: política salarial com base no DIEESE

Diagnóstico: Política salarial sem estrutura de carreira; risco de achatar a base ou inchar a folha

Evidência / dado: Folha mar/2026: 17.195 professores "convocados" (temporários) = 55% da força da educação, contra 13.886 efetivos. Vínculo precário como regra, não exceção, trava carreira e qualidade (ver GES-08 e EDU-02).

Ação (o como): Base de referência DIEESE, com senioridade/experiência merecendo mais; priorizar planos de carreira e o concursado em detrimento do indicado; reestruturar as carreiras do estado; respeitar a estabilidade, porém com devido dimensionamento (sem excesso de contratação), alinhado a investimentos e custeio - respeito ao dinheiro do povo

Meta / indicador (KPI): Folha/RCL dentro do limite; menor salário x DIEESE; % de comissionados

Custo e financiamento: Neutro-a-controlado (dimensionamento evita inchaco)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026; Portal da Transparência MS, folha mar/2026

4.2.5 GES-05, Anexo orçamentário auditável: a prova de que cabe no orçamento

Diagnóstico: 'Não falta dinheiro, falta reorganizar o orçamento' (a prova que fecha a tese)

Evidência / dado: Espaço fiscal R\$20,81bi (4 anos) - R\$3,18bi de desoneracao = R\$17,63 bi de saldo líquido. LDO da lastro: renúncia de ICMS R\$11,95bi/ano é o maior reservatório; realismo: primário - R\$207mi sem RPPS, margem de expansão negativa | LOA 2026: orçamento R\$27,19 bi; investimento total apenas R\$3,44 bi (~13% da despesa; a LDO prevê o investimento CAINDO a 14,46% da RCL até 2028). Distribuição do investimento: infraestrutura/estradas 65% (AGESUL R\$1,07 bi + Fundersul R\$1,04 bi + SEILOG R\$146 mi); segurança 6,5%; habitação 6%; SAÚDE 4,6% (~R\$159 mi) e EDUCAÇÃO 4,6% (~R\$157 mi). O Estado investe em asfalto, não em gente, a tese "MS é rico, o povo é pobre" aplicada ao orçamento.

Ação (o como): Anexo orçamentário auditável ano a ano; estimativas pelo limite inferior; destinacao: saúde, polícia, educação, previdência, infraestrutura, FDP

Meta / indicador (KPI): | METAS públicas (site): despesa de pessoal < 54% da RCL; resultado primário positivo nos 4 anos

Onde já funcionou / referência: RAIO-X de custos (pesquisa 04/07): elevar a aplicação em saúde para 18-20% do orçamento exige rampa de +2 pontos/ano (~R\$195mi/ponto), casada com a captura da renúncia de ICMS; um salto em bloco pressionaria o saldo. Rodovias e banco de desenvolvimento são conta de capital/crédito.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; LDO 2026

4.2.6 GES-06, Cortar privilégios e redirecionar à saúde e à educação

Diagnóstico: A conta do desperdício: ~10% do orçamento some em rubricas identificáveis e, com o multiplicador da corrupção, o desvio chega a ~25%

Evidência / dado: Orçamento ~R\$25bi. Componentes verificados (folha mar/2026, x13 com 13°): supersalários = excedente ~R\$0,3-0,46 bi/ano (ativos) até ~R\$0,6-1,0 bi/ano (teórico c/ inativos);

comissionados concentrados no administrativo ($-40\% \approx 1.040$ cargos); + recuperação de corrupção (ver COR-12).

Ação (o como): Cortar comissionados/superteto/publicidade e redirecionar a saúde/educação/estradas

Meta / indicador (KPI): % do orçamento em comissionados; gasto de publicidade; nº de não-concursados

Custo e financiamento: GERA recuperação

Onde já funcionou / referência: REGRA DE OURO (ver COR-12): não apresentar o multiplicador como valor comprovado || CUIDADO supersalários: número seguro = R\$153mi/ano no MPMS (penduricalhos, Midimax 2026); '2.700/R\$150mi-mes' e do candidato, sem fonte - confirmar.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.2.7 GES-07, Governador que fiscaliza o caixa, não a inauguração

Diagnóstico: O governador prioriza inauguracao/foto e 'deixa os ratos fazerem a festa' em vez de proteger o caixa

Ação (o como): Rotina do governador = fiscalizar o caixa das maiores secretarias e os principais contratos; folha analítica pública mensal (concursado x comissionado, função, produtividade)

Meta / indicador (KPI): % concursados x comissionados publicado; controle direto nas secretarias de maior orçamento

Onde já funcionou / referência: COMO-assinatura: 'já fiz auditoria em +300 empresas, tem como pegar'

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Vídeos @economistarenato

4.2.8 GES-08, Efetivar o magistério: concurso e carreira contra a convocação

Diagnóstico: A educação estadual funciona com maioria de professores temporários ("convocados"), não efetivos, vínculo precário como regra.

Evidência / dado: Folha mar/2026: 17.195 convocados (55%) $\times$ 13.886 efetivos na educação (SED+UEMS). | Custo da conversão = diferencial efetivo (R\$8.352) - convocado (R\$4.866) = R\$3.486/mês; efetivar ~ 6.955 (p/ inverter a 30%) $\sim$ R\$315 mi/ano no pleno ($\times 13$), $\sim$ R\$79 mi/ano por etapa, dentro do FUNDEB/25% MDE.

Ação (o como): Plano plurianual de concurso + carreira do magistério para reduzir a convocação de forma faseada (meta de inverter a proporção ao longo do mandato), respeitando o teto de despesa de pessoal (LRF) e a transição dos atuais convocados.

Meta / indicador (KPI): % de convocados na educação (meta: cair de 55% para patamar mínimo); nº de efetivados por concurso; despesa de pessoal/RCL sob controle.

Custo e financiamento: Controlado: trocar convocado por efetivo tem diferencial salarial e de encargos; faseado dentro dos 25% MDE/FUNDEB e do teto da LRF. CAPEX de concurso (baixo); OPEX conforme diferencial, $\times 13$ (13°).

Onde já funcionou / referência: Não é inchar a folha: é trocar precário por carreira, dentro do teto de pessoal (hoje $51,97\%$ RCL, já alto, GES-01). Sequenciar por reposição de aposentadorias.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Portal da Transparência MS, folha mar/2026; LDO 2026

4.2.9 GES-09, Previdência mais justa: alíquota progressiva, não 14% linear

Diagnóstico: MS cobra 14% LINEAR de contribuição previdenciária de todo servidor, inclusive o de baixo salário, o que é regressivo: o mesmo percentual pesa muito mais em quem ganha pouco.

Evidência / dado: 14% linear (Lei 3.150/2005, elevado de 11% para 14% pela Lei 5.101/2017, governo Azambuja, que também liquidou o fundo capitalizado sacando R\$377mi e desfez a segregação de massas). A União é PROGRESSIVA (7,5% a 22%, EC 103/2019); SP cobra 11-16% (LC 1.354/2020) e RS 7,5-22% (LC 15.429/2019). Déficit anual do RPPS-MS caiu de R\$1,84bi (2024) para R\$958mi (2025).

Alternativas: (A) manter 14% linear; (B) tabela PROGRESSIVA (alívio na base, mais nas faixas altas); (C) baixar o linear para todos, inviável: a EC 103 impõe piso de 14% para alíquota uniforme em RPPS deficitário.

Critério de escolha: Escolhe (B): a EC 103 só permite cobrar MENOS de 14% dos baixos salários se a tabela for PROGRESSIVA (a uniforme deficitária tem piso de 14%). A progressiva alivia o pequeno e mantém a arrecadação.

Ação (o como): Substituir o 14% linear por uma TABELA PROGRESSIVA (espelhando União/SP/RS): faixas baixas em 7,5-11% (alívio real no contracheque de quem ganha pouco) e faixas altas até ~16-19%; desenhada por estudo atuarial para ser ao menos NEUTRA (arrecadação $\geq$ a do 14% linear); reconstruir a segregação de massas e o Fundo de Capitalização (ver GES-03); proteger o provento modesto (não sobretaxar aposentadoria pequena).

Resultado esperado: Alívio imediato no salário líquido do servidor de baixo e médio salário. · Sistema previdenciário mais justo e equilibrado, sem perda de arrecadação. · Justiça contributiva: quem ganha mais banca mais, o mesmo princípio do plano.

Meta / indicador (KPI): Alíquota efetiva do baixo salário cai de 14% para 7,5-11%; arrecadação previdenciária mantida; déficit atuarial em queda; fundo de capitalização reconstituído.

Custo e financiamento: NEUTRO para o RPPS por desenho (as faixas altas compensam o alívio da base), não é gasto novo, é redistribuição do peso. Requer LEI estadual (internalizar a EC 103) + estudo atuarial. Sem custo ao Tesouro.

Onde já funcionou / referência: EC 103 art. 9º §4º permite a progressividade se o estudo atuarial comprovar que mantém o equilíbrio; o STF validou a progressividade (Tema 1.226). Modelos: SP (LC 1.354/2020) e RS (LC 15.429/2019). CUIDADO: alíquota uniforme abaixo de 14% é vedada para RPPS deficitário, só a progressiva viabiliza o alívio.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: EC 103/2019; Lei 3.150/2005 c/ Leis 5.101/2017 e 6.307/2024; AGEPREV; LC-SP 1.354/2020; LC-RS 15.429/2019; Ministério da Previdência

4.2.10 GES-10, O Estado indireto: empresas, autarquias e terceirizadas sob metas

Diagnóstico: O Estado atua cada vez mais por administração INDIRETA (autarquias, fundações, estatais) e por TERCEIRIZAÇÃO (contratos e organizações sociais), mas sem um raio-X do que custa e do que de fato entrega.

Evidência / dado: Contratos vigentes 2025 = R\$13,83 bi (AGESUL concentra 43%); na saúde, 81% do gasto estadual é contrato/OS (ex.: Instituto Acqua R\$133 mi). Administração indireta: estatais (MSGÁS, Sanesul, EMGERM), autarquias (AGESUL, Detran, AGEMS, IMASUL, IAGRO, AGRAER), fundações (UEMS, FUNDECT, FCMS). Concessionárias privadas reguladas: Energisa, Águas Guararoba.

Alternativas: (A) manter opaco e sem meta; (B) contrato de gestão com meta de resultado E de custo + transparência; (C) reestatizar tudo (inviável).

Critério de escolha: Escolhe (B): o modelo indireto/terceirizado é legítimo, mas exige gestão de contrato e transparência, hoje frágeis, e é onde corre a maior parte do dinheiro.

Ação (o como): Mapear a administração indireta e a terceirização (quanto custa, o que entrega); todo contrato e OS com meta de resultado e de custo, teto de despesa administrativa e publicação aberta; distinguir o que o Estado CONTROLA (estatais e autarquias) do que só REGULA (concessionárias, regular bem, sem fixar tarifa); auditar as OS a começar pela saúde.

Resultado esperado: Gasto indireto sob controle e transparente; menos captura via contrato. · Administração indireta com meta e resultado publicados. · Eficiência sem reestatizar nem terceirizar às cegas.

Meta / indicador (KPI): % do gasto via administração indireta/terceirização mapeado e com meta; nº de contratos/OS com meta publicada; economia por renegociação.

Custo e financiamento: Baixo (gestão e normativo); GERA economia pela eficiência e pela renegociação dos contratos.

Onde já funcionou / referência: Não confundir as naturezas: estatal (controle) x autarquia (controle) x concessionária (só regulação, não se fixa tarifa) x OS/terceirizada (contrato). Cada uma tem alavanca diferente.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Portal da Transparência MS (contratos e despesa 2025); LOA 2026

4.2.11 GES-11, Inteligência artificial no setor público: produtividade, transparência e integridade

Diagnóstico: O setor público é lento, caro e opaco: processos manuais geram custeio e filas, e não se usa tecnologia nem para produtividade nem para flagrar desvio.

Evidência / dado: A IA já reduz custo e tempo em administrações públicas país afora; o MS não a utiliza de forma estruturada.

Ação (o como): PROGRAMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO em três frentes: (1) PRODUTIVIDADE, automatizar processos repetitivos, reduzir filas e custeio; (2) TRANSPARÊNCIA, busca em linguagem natural no Portal e assistente de contas públicas (liga com COR-20/21); (3) INTEGRIDADE, detecção automática de anomalias, sobrepreço e indício de cartel cruzando contratos, CNPJ/QSA e preços (liga com o padrão Agesul/Detran, COR-05/06). Com governança, LGPD e auditoria.

Meta / indicador (KPI): Nº de processos automatizados; economia de custeio (R\$/ano); anomalias detectadas e encaminhadas

Custo e financiamento: CUSTO MÉDIO com ALTO retorno (menos custeio e menos fraude). PRAZO: Fases 1-3.

Prioridade: Estruturante

Fonte: Proposta de campanha (produtividade)

Pilar 2, Saúde

A prioridade nº 1 do MS: tirar a fila do lugar, levar a média e a alta complexidade ao interior e fixar médicos.

13 propostas, organizadas nos temas abaixo. Política-guia: fechar a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas.

5.1 Saúde

13 propostas.

5.1.1 SAU-01, Hospitais regionais 24h e fixação de médicos no interior

Diagnóstico: Fila que não anda; interior depende da capital; HRMS/Santa Casa superlotados; falta médico no interior

Evidência / dado: Saúde e o problema nº1 do MS (32% Quaest); HRMS >500mil atend/17,6mil internacoes (2025); caso da menina de 8 anos de Camapuã (transferencia só após a morte); interior viaja 130-210 km | Pessoal: o Estado emprega direto POUCO na ponta (SES+FUNSAU = 3.329 ativos; só ~29 médicos estatutários) - a força de saúde é municipal/filantrópica (Santa Casa) e via contrato/OS (Instituto Acqua R\$133mi/2025). Déficit de leitos 1.000-2.300 (OMS 3-5/mil). Alavanca estadual = fixação (bolsa/residência) + regionalização + OS auditada, não concurso em massa. | Parâmetro de leitos CORRETO: Ministério da Saúde (Portaria 1.101/2002, 2,5-3 leitos/mil), NÃO o "OMS 3-5" que circula sem fonte. MS: 1,46 SUS/mil (2,15 total). ~2/3 do problema é DISTRIBUIÇÃO e gestão (regionalizar, fortalecer a APS, destravar o giro/CORE), não falta de leito, em UTI faltam de verdade só ~4-5% (526 de ~550), o resto é maldistribuição. Meta: acesso equivalente a ~3/mil, CONSTRUINDO 2,5/mil = +-1.000 leitos no interior + ~100 UTI (Dourados, Corumbá/Pantanal, Costa Leste). Superlotação de PS (~728%) é fluxo travado, não falta de leito multiplicada.

Alternativas: (A) só repasse; (B) regionalização + fixação de médico + regulação transparente; (C) só obra nova

Critério de escolha: Escolhe (B): resolve a rede, não só a capital

Ação (o como): Hospitais regionais 24h de alta complexidade; programa de fixação de médicos no interior (bolsa/residência); regulação com prazo legal e transparência; RENAME sem ICMS

Meta / indicador (KPI): Tempo de espera; leitos abertos; médicos fixados (transparência mensal) | METAS públicas (site): cobertura de atenção básica 64,2% -> 85% em 4 anos; leitos SUS 2,1 -> 3,0/mil hab; mortalidade infantil 12,4

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): ~R\$1bi/ano no pleno (todas as fontes), em rampa por fase. INVESTIMENTO (CAPEX): regionalização - UTI no interior +100-150 leitos ~R\$75-113mi + conclusão de obras (HU Três Lagoas, HRD 192). PRAZO: Fases 2-3. Pay-for: +2pts/ano (~R\$195mi/ponto) + Novo PAC + fundo-a-fundo federal. (ver aba 'Saúde Orçamento-Fases')

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; Quaest

5.1.2 SAU-02, Plano emergencial para desafogar a Santa Casa de Campo Grande

Diagnóstico: Santa Casa de CG opera com superlotação crítica; e independente, mas cabe ao Gov MS achar a solução

Evidência / dado: 900% de superlotação || CORRIGIR: '900%/500%' SEM fonte. Real = 728% na área verde do PS (boletim Santa Casa 21/05/2026). Usar 'mais de 700%, dado da própria Santa Casa'.

Alternativas: (A) só repasse; (B) plano emergencial + ativar estruturas ociosas do interior; (C) nova estrutura

Ação (o como): Plano imediato emergencial de alívio do sofrimento humano; normalizar o atendimento nos principais hospitais; investir em novas estruturas

Meta / indicador (KPI): Taxa de ocupação; tempo de espera por leito

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): reequilíbrio ~R\$150-210mi/ano. INVESTIMENTO (CAPEX): reforma/bloco de PS ~R\$80-150mi one-off. Dívida legada ~R\$250mi = estoque renegociável (não recorrente). PRAZO: Fase 1 (100 dias/Ano 1). Pay-for: 1o ponto do orçamento + repactuação da tabela SUS estadual.

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026

5.1.3 SAU-03, Pôr em uso a estrutura de saúde que já existe

Diagnóstico: Estruturas de saúde no interior subutilizadas por desorganização orçamentária

Ação (o como): Reorganização orçamentária para colocar em uso o que já existe, antes de construir

Meta / indicador (KPI): Nº de unidades reativadas

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): baixo (obra já existe). CUSTEIO (OPEX): ~R\$50-120mi/ano p/ ativar 10-15 unidades. PRAZO: Fase 1. Pay-for: realocação dentro da função saúde + credenciamento SUS federal (fundo-a-fundo).

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026

5.1.4 SAU-04, Normalizar as UPAs em cooperação com os municípios

Diagnóstico: UPAs fora do padrão e falta de articulação estado-município

Ação (o como): Normalização das UPAs do estado em cooperação (lado a lado) com os prefeitos

Meta / indicador (KPI): % de UPAs em funcionamento pleno

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): cota estadual ~R\$60-120mi/ano (UPA porte II ~R\$6-9mi/ano, cofinanciamento tripartite União+município+estado). INVESTIMENTO: baixo (unidades existentes). PRAZO: Fase 1. Pay-for: tripartite.

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026

5.1.5 SAU-05, Elevar a aplicação em saúde: de 12% para 18-20% do orçamento (+2 pontos/ano)

Diagnóstico: O percentual do orçamento aplicado em saúde, próximo do mínimo constitucional (12%), limita a capacidade de atendimento

Evidência / dado: Mínimo constitucional dos estados = 12% da receita líquida de impostos. Meta de TRAJETÓRIA: elevar a aplicação em saúde de ~12,3% para 18-20% do orçamento em 4 anos (+2 pontos/ano). Parâmetro de leitos: Portaria MS 1.101/2002, 2,5-3/mil (ver SAU-01).

Ação (o como): Elevar a APLICAÇÃO em saúde (percentual do orçamento destinado à saúde, majoritariamente custeio: médicos, medicamentos, hospitais) de forma progressiva, trajetória de +2 pontos por ano, saindo do mínimo constitucional (~12%) rumo a 18-20% do orçamento ao fim do mandato, NÃO em bloco. SAU-02/03/04 estão dentro desta rampa.

Custo e financiamento: 1 ponto ~R\$195mi/ano (base 2025: 12,27%=R\$2,39bi). TRAJETÓRIA: +2 pts/ano de ~12,3% para ~18-20% ao fim do mandato (+R\$1,5-2,3bi/ano acumulado), que financia a rampa de OPEX das demais fichas. PRAZO: 4 anos. Ver aba 'Saúde Orçamento-Fases'.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026

5.1.6 SAU-06, Auditar a Cassems e conter reajustes abusivos

Diagnóstico: Reajuste abusivo da Cassems expulsa servidores; médicos descredenciando

Evidência / dado: Salário +3,81% vs mensalidade +1.100-1.185%; taxa do conjugue R\$35->450; servidores pedem CPI | Despesa 2025: o Estado pagou ~R\$819mi à CASSEMS (maior credor "externo" da folha de saúde do servidor) - dimensiona o custo do reajuste a auditar.

Ação (o como): Auditar a Cassems e travar reajuste abusivo; transparência do balanço

Prioridade: Máxima

Fonte: Comunicação_digital (comentarios)

5.1.7 SAU-07, Força estadual permanente contra as arboviroses

Diagnóstico: Combate as arboviroses fragmentado prefeitura a prefeitura

Evidência / dado: 21a morte por chikungunya em 2026; alerta nos 79 municípios

Ação (o como): Força estadual permanente integrando as 79 cidades; dado em tempo real; apoio a cidades pequenas

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Comunicação_digital

5.1.8 SAU-08, Regulação transparente da fila de cirurgias e laqueadura

Diagnóstico: Fila longa de laqueadura gerida por repasse eleitoral

Evidência / dado: R\$1mi e fila de 3 mil mulheres

Ação (o como): Regulação estadual transparente - a fila anda por critério

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Comunicação_digital

5.1.9 SAU-09, Merenda saudável com alimento produzido no MS

Diagnóstico: Sobrepeso infantil elevado; ma alimentacao comeca no prato

Evidência / dado: 3 em cada 10 crianças até 9 anos com excesso de peso

Ação (o como): Merenda com alimento produzido no MS + educação alimentar (liga com Carne MS)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Comunicação_digital

5.1.10 SAU-10, Auditoria das PPPs de saúde, com prioridade ao interior

Diagnóstico: PPP do HRMS e correta na direcao mas tardia e parcial (não resolve interior/UPAs)

Evidência / dado: Amplia de 362 -> 577 leitos | Contratos vigentes 2025: SES = R\$2,71 bi em 359 contratos (2º maior do Estado), confirma que a saúde estadual é contrato/OS-intensiva; daí priorizar a auditoria de PPPs/OS.

Ação (o como): Auditoria transparente das PPPs; priorizar o interior

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

5.1.11 SAU-11, Método antes de privatizar: auditar a demanda e ouvir a população

Diagnóstico: Querem privatizar/terceirizar a saúde sem saber o básico da demanda - 'receitar remédio sem conhecer o paciente'

Ação (o como): MÉTODO em 3 passos antes de decidir: (1) 6 meses de auditoria da demanda (quem usa, onde, consumo de insumos); (2) consultar a população; (3) só então decidir entre gestão/parceria/privatizacao

Meta / indicador (KPI): Diagnostico de demanda concluido antes de qualquer mudanca de modelo

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Videos @economistarenato

5.1.12 SAU-12, Gestor da saúde usa o SUS: limitar reembolso de plano privado

Diagnóstico: Políticos usam saúde privada com reembolso público e ignoram a fila do SUS - 'só resolvem no dia em que usarem o SUS'

Evidência / dado: Ex: deputado que já gastou ~R\$200 mil em tratamentos privados

Ação (o como): Vedar/limitar reembolso de saúde privada a agente público estadual; gestor da saúde usa a rede pública

Meta / indicador (KPI): R\$ de reembolso de saúde privada a agentes públicos (meta: zero)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Videos @economistarenato

5.1.13 SAU-13, Pôr o ativo próprio em operação e acabar com aluguéis suspeitos

Diagnóstico: Ativos públicos de saúde parados para preservar contratos de aluguel - indicio de desvio de finalidade

Evidência / dado: 14 ambulancias novas (verba federal) paradas ~6 meses; contrato de aluguel de ambulancias ~R\$2mi/mes

Ação (o como): Por o ativo próprio em operação e extinguir o aluguel; auditar contratos de locacao na saúde/SAMU

Meta / indicador (KPI): % de frota própria em operação vs alugada

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Videos @economistarenato

Pilar 3, Educação

Formar para as vagas reais do estado, com carreira e escola de qualidade, e valorizar a cultura regional.

8 propostas, organizadas nos temas abaixo. Política-guia: fechar a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas.

6.1 Educação

7 propostas.

6.1.1 EDU-01, Ensino médio técnico ligado às vagas reais do MS

Diagnóstico: Formação desconectada das vagas reais do estado

Ação (o como): Ensino médio técnico atrelado às vagas reais do MS; reformar MS Qualifica (Senai/Senac/Sebrae/universidades); fortalecer a UEMS

Onde já funcionou / referência: Referência positiva: UFMS subiu 20 posições no ranking mundial (2026)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; comunicação_digital

6.1.2 EDU-02, Escola em tempo integral, mérito e concurso de professores

Diagnóstico: Educação move ~3% do voto mas é base do desenvolvimento

Evidência / dado: Educação 2024 = R\$4,31bi (17% do orçamento)

Ação (o como): Critérios de desempenho para diretores; escolas em tempo integral; concursos de professores

Custo e financiamento: +R\$200mi (Ano1) -> R\$1bi (Ano4) do saldo líquido

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

6.1.3 EDU-03, Entregar as reformas escolares prometidas, com saneamento

Diagnóstico: Reforma de escolas prometida e não entregue; escolas sem saneamento básico

Evidência / dado: 356 escolas prometidas (2021); MP votou 60 e 45% sem saneamento; MS perdeu 38 obras (~R\$11mi) por falha técnica

Ação (o como): Entregar reformas com competência técnica e cronograma público; priorizar saneamento nas escolas

Meta / indicador (KPI): % de escolas prometidas entregues; % com saneamento

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

6.1.4 EDU-03b, Recuperar o ensino médio: gestão por resultado e busca ativa

Diagnóstico: O Ensino Médio está em retrocesso - o problema é qualidade, não acesso

Evidência / dado: IDEB médio 4,0 (abaixo da meta, retrocesso); distorção idade-série no médio 25,6%; atendimento 4-17 é 96,7%

Ação (o como): Gestão por resultado + busca ativa; foco no médio; cruzar dado de fluxo com o INEP (não só a SED)

Meta / indicador (KPI): IDEB do médio; distorção idade-série; abandono

Custo e financiamento: OPEX dentro dos 25% MDE + FUNDEB (realocar p/ qualidade). PRAZO: Fase 1

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: INEP/IDEB 2023

6.1.5 EDU-04, Cofinanciar creches (0-3 anos) com os municípios

Diagnóstico: O maior déficit de vagas e a creche (0-3 anos) - competência municipal, mas o estado pode cofinanciar

Evidência / dado: Creche: só 41,1% de atendimento (70,5 mil matriculados); ~59% da faixa fora

Ação (o como): Cofinanciar creche com os municípios (PAC creche/FNDE + estadual)

Meta / indicador (KPI): % de atendimento na creche

Custo e financiamento: CAPEX de creches + OPEX de custeio (cofinanciamento tripartite). PRAZO: Fase 2

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Anuario/INEP 2023

6.1.6 EDU-05, EJA e alfabetização de idosos com igrejas e comunidades

Diagnóstico: O analfabetismo voltou a SUBIR, puxado por idosos - lacuna de EJA

Evidência / dado: 87 mil analfabetos (15+), taxa 3,9% (subiu de 3,7%); 60+ concentra 60% (53 mil)

Ação (o como): EJA e alfabetização de idosos, com igrejas/comunidades (liga com a base católica)

Meta / indicador (KPI): Taxa de analfabetismo; matrículas de EJA

Custo e financiamento: OPEX baixo dentro do FUNDEB. PRAZO: Fase 1 (quick-win)

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: IBGE/PNAD 2025

6.1.7 EDU-06, Saneamento e laboratórios nas escolas de alto risco

Diagnóstico: Infraestrutura escolar precária - foco em saneamento e laboratório

Evidência / dado: ~48% das escolas sem esgoto público (INEP 2023); laboratório de ciencias em só 15,5%; MPMS achou 66 escolas com problema/45 de alto risco

Ação (o como): Esgoto e reforma nas escolas de alto risco (MPMS); laboratórios e conectividade pedagógica

Meta / indicador (KPI): % de escolas com esgoto/laboratório

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): esgoto/reformas críticas ~R\$100-200mi. PRAZO: Fases 1-3

Onde já funcionou / referência: CORRIGIR narrativa: dado robusto e '~48% sem esgoto público', NÃO '45% sem saneamento' (confusão com as 45 escolas de alto risco)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: INEP 2023; MPMS

6.2 Cultura

1 propostas.

6.2.1 CUL-01, Prioridade ao artista local nos editais e eventos públicos

Diagnóstico: Contratação de artistas de fora drena recurso público que poderia girar a economia cultural local

Ação (o como): Priorizar artistas locais em eventos e editais públicos, restringindo ao máximo (dentro da lei) a contratação de artistas de fora; valorizar a cultura regional (pantaneira, sertaneja, indígena, fronteirica)

Resultado esperado: Economia criativa do MS aquecida; identidade regional valorizada

Meta / indicador (KPI): % do cache/edital público destinado a artistas do MS

Custo e financiamento: ~NEUTRO (mesma logica da margem de preferência; ver ECO-06)

Onde já funcionou / referência: Liga com priorizacao do local (Compre MS ECO-03, profissionais liberais ECO-06)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato, 04/07/2026

Pilar 4, Segurança

Recompor o efetivo, blindar a fronteira e prevenir o crime, com inteligência que segue o dinheiro.

7 propostas, organizadas nos temas abaixo. Política-guia: fechar a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas.

7.1 Segurança e Fronteira

7 propostas.

7.1.1 SEG-01, Mais efetivo e mais tecnologia na segurança, com prioridade na fronteira

Diagnóstico: Estado-fronteira opera com pouco mais da metade do efetivo necessário; o crime na fronteira exige tanto mais policiais quanto mais tecnologia

Evidência / dado: Déficit ~42,8% (FBSP: 7.200 de 12.600 ideais). O homicídio já cai (18,7/100 mil, 2024) e se concentra na fronteira (21% dos homicídios em ~12% da população). Reforçar o efetivo e a tecnologia, juntos, na fronteira.

Ação (o como): Ampliar e reforçar o efetivo policial com novos concursos, priorizando a fronteira, com o número dimensionado pela capacidade fiscal ano a ano (sem fixar de antemão uma meta rígida de 4 mil). Em paralelo, e como MULTIPLICADOR do efetivo, investir forte em TECNOLOGIA e INTELIGÊNCIA: muralha digital na fronteira (câmeras, leitura de placa), integração de dados PM+PC+DOF e IA para seguir o dinheiro do crime (SEG-02), tudo CAPEX alavancável no FNSP. Mais policiais E mais tecnologia, com responsabilidade fiscal.

Meta / indicador (KPI): Efetivo ampliado vs déficit; km de fronteira monitorada; dado integrado entre as forças; resultado do crime por região (ver SEG-07)

Custo e financiamento: OPEX da ampliação do efetivo, em rampa e dimensionada pela capacidade fiscal, priorizando a fronteira (o número exato de novos policiais é calibrado ano a ano, não fixado). CAPEX de tecnologia (muralha digital ~R\$30mi + viaturas/drones) e infraestrutura (delegacias, presídios), alavancáveis no FNSP.

Onde já funcionou / referência: RIGOR: NÃO existe "padrão da ONU de X policiais por habitante", é mito/estatística-fantasma (Africa Check; a própria ONU não tem essa norma). MS tem ~275 policiais/100 mil (PM+PC), NA MÉDIA/acima do Brasil (~250) e perto da mediana mundial do UNODC (~300). O déficit de 42,8% é de VAGAS LEGAIS NÃO PREENCHIDAS (concurso/reposição), não de padrão por habitante, enquadrar como "cargos que a lei prevê e não foram preenchidos". Mais policial ≠ menos crime (Amapá 4,2/mil e homicídio 50,6; SC 1,3/mil e 9,1). O MAIOR ganho é GESTÃO: distribuição por mapa de risco, tirar o PM da mesa (civilinizar o administrativo), inteligência integrada (CompStat) e tecnologia na fronteira, a reposição de efetivo vem depois e em rampa.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

7.1.2 SEG-02, Central integrada de inteligência para “seguir o dinheiro”

Diagnóstico: Repressão tratada como evento (apreensão-foto), não como sistema; PCC x CV disputam rotas

Evidência / dado: Fronteira=21% dos homicídios dolosos; 75 vítimas na faixa (2025, +27%); 1.500 km de divisa seca; DOF ~196t apreendidas

Ação (o como): Central integrada de inteligência (PM+PC+DOF) em 100 dias; plataforma única tributária+criminal (Sefaz/DOF/PRF/PC/PM/RF - seguir o dinheiro); metas por território de risco; cooperação Bolívia/Paraguai; alimenta a gestão por resultado com meta por região (ver SEG-07)

Meta / indicador (KPI): Queda de homicídios/roubos nas regiões críticas; tempo de resposta

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): muralha digital de câmeras/OCR na fronteira ~R\$30mi (proxy MT, alavancável FNSP) + bases do DOF em Ponta Porã e Corumbá. PRAZO: Fase 1 (quick-win, alto retorno).

Onde já funcionou / referência: Competência PARCIAL: Estado faz DOF/inteligência; cobra da União PF/Exército || CORRIGIR homicídios: 18,7/100 mil em 2024 (EM QUEDA, ~20o) - NÃO usar '28,3/6o' (dado de 2012). Município real: 21% dos homicídios em 12% da pop (fronteira, 13 municípios); drogas 407,5t (2024); só 123 câmeras PTZ hoje (MT cobre 100% dos municípios).

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Plano v0.7; comunicação_digital

7.1.3 SEG-03, Prevenir o crime com escola integral, esporte e cultura

Diagnóstico: Falta prevenção ao recrutamento pelo crime nas regiões de risco

Ação (o como): Escola integral, esporte e cultura nas regiões de risco como prevenção

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

7.1.4 SEG-04, Valorizar a base da PM, financiada pelo fim do desvio

Diagnóstico: A base da PM (cabos e soldados) esta mal paga e defasada, com paliativos ('bico') em vez de valorização

Evidência / dado: Vale-alimentacao de praca congelado em R\$100 desde 2013; ~3.000 cabos e soldados custam ~R\$200mi/ano (10x menos que os supersalários); promoções atrasadas

Ação (o como): Valorizar a base (soldo, promoções em dia) financiado pelo fim do desvio/supersalários; recompor efetivo (ver SEG-01)

Meta / indicador (KPI): Defasagem salarial da tropa; promoções em dia

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): valorização da base (soldo/promoções) = folha, Tesouro estadual. INVESTIMENTO: baixo. PRAZO: Fases 1-2. Financiada pelo fim do desvio/supersalários.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

7.1.5 SEG-05, Enfrentar o colapso prisional e a entrada de facção

Diagnóstico: Colapso prisional: MS tem o 3o pior déficit de vagas do país; a fronteira alimenta o presídio (35% por tráfico)

Evidência / dado: 17.844 presos / 9.571 vagas = déficit 8.273 (88,24%); Máxima de CG a 403%; ampliacoes previstas +1.954 não cobrem (AGEPEN 2025)

Alternativas: (A) só construir vagas; (B) construir + alternativas penais + inteligência p/ reduzir a entrada; (C) status quo

Critério de escolha: Escolhe (B): vaga sozinha não resolve se a fronteira segue abastecendo

Ação (o como): Ampliar vagas (foco no déficit) via FUNPEN; penas alternativas p/ baixo potencial; inteligência p/ atacar a entrada de facção

Meta / indicador (KPI): Taxa de ocupação dos presídios; déficit de vagas

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): ~R\$45-70k/vaga (fechar ~metade, 4 mil vagas = R\$180-280mi, alavancável FUNPEN). CUSTEIO (OPEX): ~R\$23,7k/preso/ano (4 mil = ~R\$95mi/ano). PRAZO: Fases 2-3.

Onde já funcionou / referência: AGEPEN 2025; SENAPPEN. CUIDADO: alerta CGU de baixa execução da verba federal p/ presídios (munição + risco)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: AGEPEN Mapa Prisional 2025

7.1.6 SEG-06, Política estadual de enfrentamento ao feminicídio

Diagnóstico: Feminicídio elevado, contrastando com o homicídio geral em queda - lacuna de política específica

Evidência / dado: 3,14 feminicídios/100 mil mulheres (44 vítimas em 2022) - entre os piores do país (média nacional ~1,2). SEJUSP

Ação (o como): Política estadual de enfrentamento (proteção, delegacias da mulher, botao do pânico, dado público); ha eixo do FNSP p/ isso (~R\$3,7mi)

Meta / indicador (KPI): Taxa de feminicídio/100 mil mulheres

Custo e financiamento: CUSTEIO baixo-médio; alavancável FNSP (eixo violência contra a mulher). PRAZO: Fase 1.

Onde já funcionou / referência: Dado verdadeiro e verificável (SEJUSP)

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: SEJUSP-MS (Plano Estadual)

7.1.7 SEG-07, Meta de redução do crime por região, cobrada por resultado

Diagnóstico: Segurança gerida sem meta e sem cobrança por resultado: a tropa é alocada por conveniência e o comandante não responde pelo indicador da sua área. A mesma política é aplicada a realidades muito diferentes (fronteira, capital, interior)

Evidência / dado: Os indicadores variam enormemente por região: a fronteira concentra ~21% dos homicídios em ~12% da população; a capital puxa o crime patrimonial; o interior, a violência doméstica. Política única para realidades distintas desperdiça esforço

Ação (o como): Gestão por resultado (modelo tipo CompStat estadual): definir META DE REDUÇÃO DO CRIME POR REGIÃO conforme o índice de cada uma, fronteira mira homicídio e tráfico; capital mira patrimonial; interior mira violência doméstica, com REUNIÃO MENSAL DE DADO (mapa de calor por batalhão/delegacia) e RESPONSABILIZAÇÃO DO COMANDANTE LOCAL pelo indicador da sua área. Casa com a inteligência integrada (SEG-02) e a alocação por mapa de risco

Meta / indicador (KPI): Redução % do índice-alvo de cada região (homicídio na fronteira, patrimonial na capital, violência doméstica no interior); frequência da reunião de dado

Custo e financiamento: CUSTO BAIXO (é gestão, não folha nova): usa o dado e o efetivo que já existem. PRAZO: Fase 1 (100 dias para montar o painel e as metas).

Onde já funcionou / referência: Modelo consagrado (CompStat/NYPD; adaptações em SP e no Pacto pela Vida de PE/MG). Redução mensurável onde houve meta + cobrança por dado

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Método (gestão por resultado); dados de concentração SEJUSP-MS

Pilar 5, Economia e Desenvolvimento

Fazer a riqueza gerada chegar à vida das pessoas: bolso do povo, justiça tributária, interior, energia, moradia, turismo, meio ambiente e o pequeno produtor.

59 propostas, organizadas nos temas abaixo. Política-guia: fechar a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas.

8.1 Economia e Desenvolvimento Produtivo

11 propostas.

8.1.1 ECO-01, Reorganizar orçamento e tributação em torno do bem comum

Diagnóstico: MS gera muita riqueza mas ela se concentra e sai do estado; o povo fica pobre

Evidência / dado: PIB R\$184-227 bi; 5 municípios=48% do PIB; desigualdade 16,9x (Selvíria R\$330mil/hab x Ladário R\$19,5mil); celulose R\$131bi p/ ~30 mil empregos (R\$4mi/emprego); salário de admissão R\$2.303 (abaixo da média nacional)

Ação (o como): Reorganizar orçamento e tributação em torno do bem comum; interiorizar o desenvolvimento (ver ECO-02/03)

Meta / indicador (KPI): Participação dos não-Top5 no PIB; PIB per capita do 1o quartil

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; dados municípios

8.1.2 ECO-02, Empresas em 3 Anéis: crédito de ICMS por contrapartida

Diagnóstico: Sistema atual trata igual quem gera emprego local e quem só extrai e leva a riqueza embora

Evidência / dado: Renúncia de ICMS = R\$11,95 bi/ano (LDO 2026, 53,6% da receita tributária); Construção R\$6bi + Agro R\$3,75bi = 82%

Alternativas: (A) manter renúncia linear; (B) condicionar a contrapartida auditada (3 anéis); (C) acabar com incentivos

Critério de escolha: Escolhe (B): premiar quem agrega/emprega, cobrar quem só extrai

Ação (o como): Classificar empresas em 3 Anéis (folha, salário, % empregados MS, % matéria-prima local, conformidade); Anel 1 e 2 = crédito outorgado até 7 p.p.; Anel 3 paga cheio e financia o FDP-MS

Meta / indicador (KPI): R\$14-24 bi de investimento em 4 anos; 25-38 mil empregos diretos

Custo e financiamento: Capta parte da renúncia hoje não fiscalizada (realoca, não custa)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; LDO 2026

8.1.3 ECO-03, “Compre MS”: crédito de ICMS para adensar as cadeias locais

Diagnóstico: Matéria-prima sai in natura (celulose bruta, soja, boi vivo); cadeia local não fecha

Ação (o como): Compre MS (crédito de ICMS a quem compra de fornecedor local); FDP-MS financiado pelo Anel 3; adensar 10 cadeias (carne, celulose/papel, soja/biodiesel, sucoenergia, leite, piscicultura, fruticultura, TI, turismo, energia renovável)

Meta / indicador (KPI): +30% de abate processado no estado em 4 anos -> 8-12 mil empregos

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.1.4 ECO-04, Revisar incentivos e fazer orçamento por prioridade

Diagnóstico: Arrecadação encolhendo e crescimento não chega ao interior nem ao trabalhador

Evidência / dado: Arrecadação MS -1,3% nominal / -6,5% real no 1o bim/2026 vs MT +8,8%; ICMS ~70% da receita

Ação (o como): Revisar incentivos com contrapartida; desburocratizar abrir/licenciar empresa (Junta Comercial, Imasul); orçamento por prioridade (cortar custeio/privilegio, blindar investimento)

Meta / indicador (KPI): Tempo p/ abrir empresa; % orçamento em investimento vs custeio; CAGED interior

Custo e financiamento: Não exige gasto novo - realocacao + eficiência

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Comunicação_digital; plano v0.7

8.1.5 ECO-05, Banco estatal comercial e de desenvolvimento do MS

Diagnóstico: Crédito caro (juros ~300% a.a.) sufoca quem gera emprego; o estado não concorre no sistema financeiro

Ação (o como): Criar um BANCO COMERCIAL ESTATAL do MS e um BANCO DE DESENVOLVIMENTO do MS para impor concorrência ao sistema financeiro, baratear o crédito produtivo e reduzir o custo de produção (inclui financiar o portfolio de energia - ver Energia). É também o VETOR da meta de 30% de investimento do Estado (ver INT-06): amplia o investimento público além do capital direto do orçamento, alavancando crédito para infraestrutura e produção.

Meta / indicador (KPI): Volume de crédito orientado ao pequeno/médio; taxa média vs mercado

Custo e financiamento: APORTE DE CAPITAL (não custeio) R\$300-500mi; com Basileia ~20-25% alavanca 4-5x -> carteira R\$1,2-2,5bi. Priorizar o Banco de DESENVOLVIMENTO (menor risco) sobre o comercial. Pay-for: ativos/participacoes do estado, securitizacao da divida ativa, transformar a agência de fomento existente.

Onde já funcionou / referência: Modelos BRDE, BDMG, Banco do Nordeste

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato, 04/07/2026

8.1.6 ECO-06, Prioridade ao profissional liberal do MS nas contratações públicas

Diagnóstico: Contratação de serviços profissionais externos pelo estado drena renda que poderia ficar com profissionais do MS

Alternativas: (A) contratação aberta sem preferência; (B) margem de preferência regional + credenciamento local; (C) exclusão de quem e de fora (ilegal - fere isonomia)

Critério de escolha: Escolhe (B). Instrumento legal: margem de preferência regional da Lei 14.133 e credenciamento; não e exclusão pura

Ação (o como): Priorizar profissionais liberais internos (advogados, contadores, engenheiros, etc.) sobre os externos nas contratações, credenciamentos e convenios do estado, dentro da Lei 14.133

Resultado esperado: Renda dos serviços profissionais girando dentro do MS

Meta / indicador (KPI): % de contratos/honorarios de serviço com profissionais e empresas do MS

Custo e financiamento: ~NEUTRO: margem de preferência (até 10%, Lei 14.133) redireciona compra já orcada; sobrepreço < 1% da rubrica. Retorno via ICMS local.

Onde já funcionou / referência: Liga com Compre MS (ECO-03) e artistas locais (eixo Cultura)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato, 04/07/2026

8.1.7 ECO-07, Cadastro público anual dos beneficiários de ICMS

Diagnóstico: MS renúncia muito ICMS mas não mostra o retorno: não ha lista pública de beneficiários nem relatório de emprego/investimento gerado (MG e MT publicam, MS não)

Evidência / dado: Renúncia de ICMS R\$11,95 bi/ano (LDO 2026, 53,6% da receita tributária); Construção R\$6,01bi + Agro R\$3,75bi = 82%

Alternativas: (A) manter opaco; (B) cadastro público de beneficiários (CNPJ, valor, contrapartida pactuada x cumprida); (C) só auditoria interna

Critério de escolha: Escolhe (B): transparência com dado que a Sefaz já tem; espelha MG e MT

Ação (o como): Cadastro público anual de beneficiários de ICMS com contrapartida pactuada e cumprida; próximo passo: LAI a Sefaz/Semadesc/TCE

Meta / indicador (KPI): % da renúncia (R\$) com beneficiário e contrapartida publicados (meta 100% em 12 meses)

Custo e financiamento: ~zero (transparência de dado existente); ganho = benefícios indevidos recuperados

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: não usar o caso Fungfaz R\$18,5mi - e de MT, não de MS. MG divulgou R\$19,4bi de beneficiários (jun/2026) ||.

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: LDO 2026; SEFAZ-MS; comparativos MG/MT

8.1.8 ECO-08, Condicionar a renovação de benefício fiscal a metas verificáveis

Diagnóstico: Em 2026 MS andou para tras: dispensou a guia específica de benefícios (GIA-BF) e renovou 77 benefícios em 12 setores por decreto, sem contrapartida declarada

Evidência / dado: Fim da GIA-BF (2026); 77 benefícios renovados até dez/2026 (SEMADESC 30/03/2026). Lei 4.049/2011 (MS Forte) Art.5 e 8 permitem exigir e CANCELAR contrapartida

Ação (o como): Condicionar toda renovação de benefício a metas verificáveis de emprego/investimento + verificacao anual por amostragem + cláusula automática de suspensão (Art.8, sem lei nova)

Meta / indicador (KPI): Nº de benefícios com meta verificável assinada / total; valor suspenso por descumprimento

Custo e financiamento: Administrativo marginal; pay-for = imposto recuperado de quem não cumpre

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Lei 4.049/2011; Midiamax 2026; SEMADESC 2026

8.1.9 ECO-09, Avaliação bienal de custo-benefício da renúncia de ICMS

Diagnóstico: O maior gasto tributário do estado passa sem avaliação de resultado: o TCE-MS só recomendou 'melhorar a informação na LDO', não auditou custo-benefício

Evidência / dado: TCE-MS aprovou contas 2024 com recomendacao branda sobre renúncia; nenhuma auditoria operacional de eficacia localizada

Ação (o como): Avaliação bienal de custo-benefício da renúncia por setor (emprego/PIB/arrecadação futura por R\$1 renunciado), publicada junto a LDO

Meta / indicador (KPI): Relatório bienal publicado (sim/não); empregos gerados por R\$1mi renunciado, por setor

Custo e financiamento: Baixo (estudo técnico); realoca renúncia de baixo retorno

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: TCE-MS (contas 2024); LDO 2026

8.1.10 ECO-10, Enfrentar a usura: crédito barato como política econômica

Diagnóstico: O maior inimigo da economia não é o gasto público nem a Previdência - é o sistema financeiro/juros que drena a riqueza (ângulo-assinatura do economista)

Evidência / dado: Juros+divida ~50-55% do orçamento federal (~R\$3,3tri); Selic 15% a.a.; 'bolsa esmola dos ricos': R\$1tri/ano a aplicadores = ~200x o custo do botijão gratuito (R\$5bi)

Alternativas: (A) só cortar gasto (liberal); (B) enfrentar o custo do dinheiro e induzir crédito barato via banco estadual

Critério de escolha: 'Existe teto de gastos, mas não existe teto de juros'

Ação (o como): No plano estadual: banco público (ECO-05) p/ baratear crédito + priorizar a renda do trabalho; nomear a usura como problema

Meta / indicador (KPI): Taxa média de juros do sul-mato-grossense; crédito produtivo vs consumo

Onde já funcionou / referência: Tema em parte federal; ANGULO próprio dele

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

8.1.11 ECO-11, Verticalizar a produção e reter valor dentro do MS

Diagnóstico: MS exporta cru (grão, boiada, celulose bruta) e o valor/emprego/tecnologia ficam fora - 'produz como rico, vive como pobre'

Evidência / dado: Indústria do MS ~1% da nacional; 75% do excedente vira lucro externo (IBGE); PIB/hab 30% acima da média mas renda popular só 6% acima; UFN3 (fertilizantes, Três Lagoas) atendera 16% da demanda nacional

Ação (o como): Verticalizar: esmagar soja (farelo/óleo/biodiesel), frigorífico com produto acabado, fertilizante local, data centers de IA; incentivo só com contrapartida de emprego/salário

Meta / indicador (KPI): % da cadeia industrializada dentro do estado; empregos de alto salário

Onde já funcionou / referência: Liga com 3 Anéis (ECO-02) e Compre MS (ECO-03)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato; plano v0.7

8.2 Bolso do Povo (Custo de Vida)

7 propostas.

8.2.1 BP-01, ICMS zero no gás de cozinha para famílias do CadÚnico

Diagnóstico: Carga tributária pesa no gás de cozinha; pobre paga ICMS de 17%

Evidência / dado: ~R\$19,11 de ICMS por botijão de 13kg

Ação (o como): ICMS zero no GLP para famílias do CadÚnico, via revendedores credenciados

Resultado esperado: ~R\$230/ano de alívio; ~350 mil famílias

Custo e financiamento: R\$80-120 mi/ano

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Plano v0.7

8.2.2 BP-02, Energia: isenção até 150 kWh e faixas progressivas de ICMS

Diagnóstico: Em MT o pobre é isento até 100kWh; em MS paga desde o 1o kWh, com a 2a luz mais cara do Brasil

Evidência / dado: ICMS-energia arrecadou R\$948,6mi (2024); residencial 25-30% || CORRIGIR o enquadramento: falar '2o maior REAJUSTE do país em 2025' e reajustes acima da inflação, NÃO '2a luz mais cara'. ICMS-energia arrecadou R\$948,6mi (2024).

Ação (o como): Isenção total até 150 kWh; 7% de 151-250; 12% de 251-350; 17% acima de 350

Resultado esperado: 600-700 mil famílias

Custo e financiamento: Perda de R\$145-175 mi/ano

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Plano v0.7

8.2.3 BP-03, Carne mais barata: diferimento de ICMS e selo “Carne MS”

Diagnóstico: Maior rebanho do país e a carne é cara aqui (>60% exportada, indexada ao dólar)

Evidência / dado: ~18 mi de cabeças; 3o maior abate do país || CORRIGIR: rebanho 18,7mi (IBGE PPM 2024, 5o do país); ponto de partida foi ~21mi (pico 2013-15), NÃO 25mi. Carne tem BASE REDUZIDA (carga efetiva ~2%), não alíquota cheia de 12%.

Ação (o como): Diferimento de ICMS no boi/suíno/frango que entra em frigorífico peq/médio com SIE p/ consumo interno; alíquota 5% no varejo de cortes populares; selo Carne MS; prioridade a açougue de bairro no Compre MS

Resultado esperado: Redução 15-20% no preço; 2-3 mil empregos no interior

Custo e financiamento: R\$30-50 mi/ano

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.2.4 BP-04, ICMS zero na cesta básica, mirando reduzir o custo até 50%

Diagnóstico: O custo da cesta básica compromete parcela alta da renda dos mais pobres

Evidência / dado: || CONFIRMADO (DIEESE mai/2026): cesta básica em CG = R\$841,19; compromete 56,10% do salário mínimo líquido; +8,41% no acumulado do ano.

Alternativas: (A) ICMS zero nos essenciais; (B) além disso, priorizar produção DENTRO do MS com incentivo tributário (liga com Compre MS); (C) subsídio direto

Critério de escolha: Escolhe (A)+(B). META de -50% marcada, depende de cadeia/logística

Ação (o como): ICMS zero em 30+ itens essenciais + incentivo para que a produção da cesta fique no MS; norte de reduzir até 50% do custo

Meta / indicador (KPI): Preço da cesta (DIEESE) no MS; % da renda mínima comprometida

Custo e financiamento: Renúncia R\$200-300 mi/ano; compensar via seletividade (Justiça Tributária)

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Plano v0.7; Fala do candidato 04/07/2026

8.2.5 BP-05, Desonerar remédios, internet e água/esgoto essenciais

Diagnóstico: Itens essenciais além da cesta também são onerados

Ação (o como): Medicamentos da RENAME sem ICMS; internet residencial até R\$100 e pré-pago até R\$50 a 7%; água/esgoto Sanesul até 15 m3 isentos

Custo e financiamento: RENAME R\$100-150mi; internet R\$80-120mi; água R\$30-50mi. TOTAL Pilar 1: R\$1,6-2,2 bi/ano (~700 mil famílias)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.2.6 BP-06, Loteria estadual (Lotesul): não institucionalizar o jogo

Diagnóstico: Reativar a loteria estadual (Lotesul) institucionaliza o jogo e extrai renda de quem menos pode - 'imposto voluntário sobre o vício'

Evidência / dado: Expectativa de a população perder ~R\$10bi em 10 anos (R\$1bi/ano); repasse de só ~20% (~R\$200mi/ano) ao estado

Ação (o como): Não institucionalizar; se existir, restringir a beneficiários de programas sociais e cobrar imposto alto (vies católico + fiscal)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

8.2.7 BP-07, Transporte coletivo: estudo técnico antes de renovar a concessão

Diagnóstico: O transporte coletivo é um monopólio de longo prazo (consórcio) que reajusta tarifa sem alternativa estudada

Evidência / dado: Tarifa +~25-26%; dívida da prefeitura com o consórcio R\$377mi; retorno declarado 4%/ano x patrimônio subindo ~20%/ano (índice)

Ação (o como): Antes de renovar, estudo técnico (técnicos + UFMS) comparando modelos - vans, apps, concorrência, VLT/trilho, bike/patinete - com preço, investimento, margem e qualidade

Meta / indicador (KPI): Nº de modelos avaliados antes da renovação; tarifa

Onde já funcionou / referência: Competência municipal em parte; ÂNGULO de método

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

8.3 Justiça Tributária

6 propostas.

8.3.1 JT-01, Tributar mais o patrimônio e o supérfluo, menos o essencial

Diagnóstico: Sistema estadual pesa sobre consumo/produção (regressivo), onerando mais quem tem menos

Evidência / dado: Repasse de ICMS aos municípios (cota de 25%) = R\$4,385 bi em 2025 -> ICMS arrecadado derivado ~R\$17,5 bi (aproximado); com renúncia de R\$11,95 bi, o "ICMS potencial" é muito maior, base aritmética da justiça tributária.

Critério de escolha: Princípio 'a quem mais é dado, mais é cobrado' (Lucas 12:48), preservando a arrecadação

Ação (o como): Reorientar a arrecadação: mais sobre alto patrimônio e supérfluo, menos sobre produção/consumo essencial. Instrumentos estaduais: ITCMD, IPVA progressivo, seletividade do ICMS (IR e IGF são federais)

Meta / indicador (KPI): % da arrecadação vinda de patrimônio x consumo

Custo e financiamento: Desenho NEUTRO em arrecadação

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fala do candidato 04/07/2026; plano v0.7

8.3.2 JT-02, ITCMD progressivo, com faixa para o latifúndio improdutivo

Diagnóstico: ITCMD e o imposto estadual mais subutilizado e regressivo; EC 132/2023 obriga progressividade e MS não cumpriu

Evidência / dado: Alíquota hoje ~6% sem progressividade; SP/RJ/PE já vão a 8% ||.

Ação (o como): Tabela 3/5/7/8% por faixa; faixa extra p/ imóvel rural >15 módulos fiscais (1.200-1.500 ha) com avaliação anti-subavaliação

Custo e financiamento: +R\$200-400 mi/ano (estado)

Onde já funcionou / referência: SP, RJ, PE

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.3.3 JT-03, Cooperar com municípios contra o latifúndio subtributado (ITBI/ITR)

Diagnóstico: ITBI (municipal) e ITR (federal) subtributam o latifúndio improdutivo; o estado pode cooperar

Ação (o como): MS Cooperação Tributária Municipal: georreferenciamento por satélite/drone, PGV atualizada, minuta de ITBI progressivo; apoiar adesão ao convênio do ITR com a Receita (município fica com 100%), foco no improdutivo (até 20%)

Meta / indicador (KPI): Se 50% aderirem: ITR R\$50->200-350mi; ITBI +R\$100-200mi (municípios)

Custo e financiamento: Cooperação R\$30-50mi/ano (estado); saldo líquido estadual +R\$170-370mi

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.3.4 JT-04, IPVA progressivo, alcançando lanchas e aeronaves de luxo

Diagnóstico: IPVA não capta o consumo de luxo

Evidência / dado: ||.

Ação (o como): IPVA progressivo por valor, alcançando embarcações e aeronaves de luxo

Custo e financiamento: +R\$50-150 mi/ano

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.3.5 JT-05, Fiscalização integrada e modernização da PGE

Diagnóstico: Privilegio e sonegação drenam receita que poderia desonerar o pobre

Evidência / dado: Metas Ano1->4: pente-fino renúncias regressivas (TARE) R\$400mi->1,5bi; Dívida Ativa (PGE) R\$200mi->1bi; sonegação (fronteira/boi/combustível) R\$300mi->1,2bi; royalties R\$100->400mi

Ação (o como): Fiscalização integrada; modernização da PGE

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.3.6 JT-06, ICMS seletivo: aliviar o essencial, onerar o luxo

Diagnóstico: O ICMS de MS pune o essencial e alivia o luxo - 'o pobre financia o luxo do rico' (o achado mais 'plano de governo' dos vídeos)

Evidência / dado: Carne/pão ~17%, gasolina ~25-28%; carro de luxo importado ~2-4%; herança/ITCD ~3-6% || CONFIRMADO/CORRIGIR (SEFAZ-MS): padrão 17%; gasolina 12%; carne base reduzida (~2% efetiva); ITCMD 6% (causa mortis)/3% (doação); IPVA ÚNICO 2% - NÃO ha alíquota extra p/ luxo. Logo a progressividade e PROPOSTA, não ha hoje 'luxo pagando menos que o pão' via IPVA.

Alternativas: (A) manter; (B) devolver progressividade: menos no essencial, mais no supérfluo/patrimônio

Critério de escolha: 'A quem mais e dado, mais e cobrado' (ver JT-01); começa por baixo

Ação (o como): Reduzir ICMS do essencial (liga com Bolso do Povo) e elevar sobre luxo/patrimônio (ITCD/IPVA progressivo, JT-02/04)

Meta / indicador (KPI): Alíquota efetiva sobre cesta essencial x luxo

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

8.4 Interior e Infraestrutura

9 propostas.

8.4.1 INT-01, Pavimentar por critério de escoamento e acesso à saúde

Diagnóstico: A riqueza do agro sai por estradas de terra; a rede estadual e majoritariamente não pavimentada

Evidência / dado: Das 146 estaduais, só 20 (14%) 100% pavimentadas; 39 em leito natural (0%); pavimentação média ~35% vs ~82% das federais | Só <1% das rodovias do MS são duplicadas (MT 6%, GO 12%); 48% 'pessimas ou ruins' || || LOA 2026: estradas/infraestrutura levam 65% de TODO o investimento do Estado (AGESUL R\$1,07 bi + Fundersul R\$1,04 bi), de longe a maior rubrica de investimento, e a de maior histórico de corrupção (daí o painel público de obras, COR-04).

Ação (o como): Plano de pavimentação/manutenção por critério de escoamento produtivo e acesso a saúde, começando pelos 39 trechos de terra que ligam municípios habitados PRIORIDADE: restaurar (~R\$0,9mi/km) antes de pavimentar do zero (2x mais km-bom por real); 'estradas que salvam vidas' = pavimentar leito natural que liga município a polo de saúde. | 'Estradas que salvam vidas': as 39 de terra concentram-se em Corumbá/Pantanal, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Paranhos (mesmas regiões descobertas em saúde) - recupera-las e acesso a UTI.

Meta / indicador (KPI): % da malha estadual pavimentada (base 35% -> meta); nº de estaduais 0%-pav (de 39) | META pública (site): 100% de acesso pavimentado ao perímetro urbano até 2030 (28.400 km hoje não pavimentados)

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): pavimentação R\$1,27-2,0mi/km; RESTAURAÇÃO ~R\$0,9mi/km (2x mais eficiente); duplicação R\$5-10mi/km. CUSTEIO (OPEX): conservação ~R\$90k/km/ano (DNIT); necessidade ~R\$1bi/ano (CNA). Pay-for: concessão/crédito (BIRD/BNDES)/Novo PAC p/ CAPEX; fonte pós-Fundersul p/ OPEX. Ver 'Estradas Orçamento-Fases'.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Dados estradas (AGESUL/OSM)

8.4.2 INT-02, Enfrentar a precariedade viária, a 2ª maior queixa da população

Diagnóstico: A precariedade viária e a 2ª maior queixa espontânea da população

Evidência / dado: Quaest 'principal problema': Saúde 32% / Estradas 11% (2o) / Violência 9%; 11% tanto na capital quanto no interior

Ação (o como): (casa com INT-01)

Onde já funcionou / referência: Coincide com o dado duro: 85% da malha estadual sem asfalto pleno

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Quaest mar/26 (5 municípios, +-4pp)

8.4.3 INT-03, Interiorizar o desenvolvimento: reter a riqueza onde é gerada

Diagnóstico: Os municípios que mais produzem riqueza per capita não ficam com a qualidade de vida - a riqueza passa, não fica

Evidência / dado: 5 municípios=48% do PIB; Campo Grande=32,6% da pop e ~1/4 do PIB/receita; NE industrial PIB/hab R\$104mil x Pantanal R\$40,9mil; desigualdade 16,9x

Ação (o como): Interiorização do desenvolvimento; agregar valor onde a riqueza é gerada; painel público de obras (ver Corrupção)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Dados municípios

8.4.4 INT-04, Esgoto não é luxo: metas da Sanesul por município

Diagnóstico: Déficit de esgoto no interior enquanto o governo anuncia universalização

Evidência / dado: Governo anuncia R\$722mi e '1o estado a universalizar'; bairros ainda com esgoto a céu aberto

Ação (o como): Metas da Sanesul por município, começando pelo bairro esquecido, com cobrança de resultado (esgoto não é luxo, e saúde)

Meta / indicador (KPI): % de domicílios com esgoto tratado por município

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; comunicação_digital

8.4.5 INT-05, Concorrência na compra do boi e cooperativismo no interior

Diagnóstico: Produtor espremido: frigorífico compra o boi, gigantes da celulose compram/arrendam a terra

Evidência / dado: Rebanho caiu de 25 -> 18,7 mi de cabeças; eucalipto +123%; soja +133%

Ação (o como): Concorrência na compra do boi, transparência de preço, cooperativismo

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: não dizer 'a celulose matou o gado' (soja é o maior conversor de pasto); confirmar participação dos frigoríficos antes de usar 'oligopsonio' com número ||
CORRIGIR: rebanho caiu de ~21mi (pico 2013-15) para 18,7mi (IBGE 2024), NÃO de 25mi.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7 (dossie agro)

8.4.6 INT-06, Meta de 30% de investimento: orçamento mais banco de desenvolvimento

Diagnóstico: O Estado investe pouco frente ao que arrecada, e de forma concentrada no leste; a execução fica abaixo do planejado

Evidência / dado: Investimento direto do orçamento (grupo 4) hoje em torno de 12-14%, e execução ~8% real vs 12,4% planejado; 70% do investimento privado (celulose) no leste. O banco de desenvolvimento (ECO-05) alavanca ~R\$300-500mi de capital em R\$1,2-2,5bi de carteira (4-5x, Basileia).

Ação (o como): Meta de 30% de INVESTIMENTO no Estado ao fim do mandato, medida de forma AMPLIADA: (1) investimento direto do orçamento, com piso de 15% da RCL; MAIS (2) aplicação de recursos alavancada pelo BANCO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO do MS (ECO-05); MAIS (3)

crédito (BID, BNDES, Novo PAC). O banco de desenvolvimento é o vetor que amplia o investimento além do capital do orçamento, sem onerar o custeio corrente. Inclui auditoria das PPPs (Rota da Celulose).

Meta / indicador (KPI): Investimento público total (orçamento + banco de desenvolvimento + crédito) como % do orçamento; execução realizada vs planejada

Onde já funcionou / referência: Suspeita de pagamento duplo por rodovias concedidas em PPP e também custeadas pelo Rodar MS-BIRD (MS-395/141/473/475) - em apuração via LAI || A estrada boa e a estrada PAGA: concessões Rota da Celulose (870km/R\$10,1bi, questionada no TJMS/STJ) e Way-112 (412km). Cobrar contrapartida de duplicação nos prazos + transparência.

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; LDO

8.4.7 INT-07, Mediar o conflito indígena-produtor e assistir os assentamentos

Diagnóstico: O estado não media o conflito indígena-produtor nem da infraestrutura mínima aos assentamentos

Evidência / dado: Ex: Dourados ~2.500 m²/pessoa em terra indígena, entre as maiores taxas de suicídio do mundo; assentamentos sem infra básica

Ação (o como): Inteligência/mediação preventiva; respeito as decisões judiciais; garantir direitos dos dois lados; infra mínima nos assentamentos

Onde já funcionou / referência: CUIDADO (rigor): tema sensível; falar em mediação e direitos, não tomar lado; não usar número sem fonte

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato

8.4.8 INT-08, “Fim das pontes de madeira”: substituição faseada por concreto

Diagnóstico: MS tem centenas de pontes de MADEIRA na malha estadual - gargalo de segurança e de carga (limite de peso trava o escoamento do agro)

Evidência / dado: 697 pontes de madeira (69% das obras de arte estaduais; 12.886 m) - AGESUL SRE-MS 2025

Ação (o como): Programa 'Fim das pontes de madeira' - substituição faseada por concreto, priorizando eixos de escoamento e de acesso a saúde

Meta / indicador (KPI): Nº de pontes de madeira substituídas; % de OAES em concreto

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): custo/ponte de concreto (~44m/ponte média); programa próprio. PRAZO: Fases 1-3. Alavancável PAC/crédito.

Onde já funcionou / referência: Município 'MS é rico, o povo atravessa em ponte de madeira' - dado oficial verificável

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: AGESUL SRE-MS 2025

8.4.9 INT-09, Definir o substituto do Fundersul para manter as estradas

Diagnóstico: A manutenção das estradas custa ~R\$1bi/ano e vem do Fundersul - que a Reforma Tributária vai EXTINGUIR (base ICMS). Sem fonte substituta, asfalto novo não se mantém: RISCO FISCAL Nº1 do tema

Evidência / dado: Fundersul R\$1,08bi/ano (2024), mas só 21,75% foi p/ estradas em 2025; manutenção necessária ~R\$1bi/ano (CNA) | Repasse Fundersul aos municípios em 2025 = R\$261,9 mi (Portal

Transparência), parte do que a Reforma Tributária extingue; dimensiona a fonte substituta a vincular à manutenção viária.

Alternativas: (A) ignorar; (B) criar fonte substituta vinculada + garantir que o recurso vá p/ a estrada; (C) só pedágio

Critério de escolha: Escolhe (B): definir o CUSTEIO da conservação ANTES de prometer pavimentação

Ação (o como): Definir a fonte substituta do Fundersul na Reforma Tributária e vincula-la a manutenção viária; transparência da destinação (hoje só 21,75% vai p/ estrada)

Meta / indicador (KPI): % da nova fonte aplicado em conservação; km conservados/ano

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): ~R\$1bi/ano de conservação a garantir. PRAZO: Fase 1 (decisão estrutural urgente).

Onde já funcionou / referência: Fundersul só aplicou 21,75% em estradas em 2025 - munícipio de gestão + risco real

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Fundersul/Correio do Estado; Reforma Tributária

8.5 Energia

3 propostas.

8.5.1 ENE-01, MSGÁS vira holding “MS Energia” com controle estatal

Diagnóstico: 2a tarifa de energia mais cara do Brasil apesar de o estado ser superavitário em geração; Energisa (ex-Enersul, privatizada 1997) extrai riqueza desproporcional do MS

Evidência / dado: Reajuste 8,90% em 2025 (2o maior do país); projeção +9% em 2026; concessão até 2027 || CORRIGIR: MS NÃO é a 2a tarifa mais cara (ranking R\$/kWh tem RJ/PA/PI/TO na frente).

Defensável: 2o MAIOR REAJUSTE do país em 2025 (+R\$18,03/MWh); reajuste 2026 = 12,11% (ANEEL 22/04/2026); lucro Energisa-MS ~R\$3,4bi em 6 anos.

Ação (o como): Reposicionar a MSGÁS como holding MS Energia S.A.; subsidiária de renováveis (solar, biomassa, hidrelétricas/PCH, biogás), controle estatal $\geq 51\%$, via parcerias e Banco de Desenvolvimento do MS (ECO-05); impor concorrência a Energisa

Meta / indicador (KPI): 800-1.200 MW próprios; tarifa 15-25% menor p/ indústria Anel 2; dividendos ao Tesouro do 5o ano

Custo e financiamento: R\$4-6bi total; aporte direto do Tesouro <R\$1bi em 4 anos (resto BNDES/debêntures/banco de desenvolvimento)

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: usa desapropriação por utilidade pública (DL 3.365/41) p/ latifúndio ocioso - delicado no agro; calibrar exposição. Modelos CEMIG/COPEL/CELESC

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7; Fala do candidato 04/07/2026

8.5.2 ENE-02, “MS Solar”: energia solar sem entrada para a baixa renda

Diagnóstico: Família de baixa renda não tem capital para instalar energia solar

Ação (o como): MS Solar: painéis em casas de baixa renda sem capex inicial; cidadão paga 70-80% da economia e fica com 20-30% de redução já no 1o mês; propriedade após 8-10 anos

Meta / indicador (KPI): 50 mil instalações / 200 mil pessoas; conta -20-30%; 4-6 mil empregos

Custo e financiamento: Capital inicial ~R\$200mi; autossustentável do 3o ano

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Plano v0.7

8.5.3 ENE-03, Energia barata como vetor de industrialização e emprego

Diagnóstico: O estado não usa a energia como vetor de industrialização e emprego, apesar de ter patrimônio para isso

Ação (o como): Usar o patrimônio imobiliário do estado (terras) para entrar em até 50% de sociedade em usinas (solar/biomassa/hidrogenio) e dirigir energia barata a projetos industriais que paguem alto salário

Meta / indicador (KPI): MW próprios dirigidos a industria; empregos industriais atraídos

Custo e financiamento: Aporte via patrimônio + parcerias/banco de desenvolvimento (ECO-05)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Vídeos @economistarenato; plano v0.7

8.6 Habitação e Moradia

6 propostas.

8.6.1 HAB-01, Programa habitacional para ~30-35 mil famílias em 4 anos

Diagnóstico: MS tem déficit habitacional relevante, mas o componente dominante é ônus com aluguel + coabitacao - nem tudo é 'falta de casa'

Evidência / dado: ~72 mil moradias (FJP 2022); Campo Grande 25.681; fila EMHA ~36 mil famílias

Alternativas: (A) só construir casa nova; (B) MIX: regularização + autoconstrução assistida + subsídio ao MCMV + urbanização de favela; (C) só subsídio

Critério de escolha: Escolhe (B): casar cada família ao instrumento de menor custo que resolve o caso

Ação (o como): Programa habitacional de instrumentos combinados, com meta de ~30-35 mil famílias em 4 anos (ver aba 'Habitação Orçamento-Fases')

Meta / indicador (KPI): Nº de famílias atendidas/ano; déficit reduzido

Custo e financiamento: INVESTIMENTO/aporte estadual ~R\$0,8-1,2 bi em 4 anos (~metade co-financiada federal). CUSTEIO recorrente BAIXO (habitação e CAPEX/subsídio, não folha)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: FJP; AGEHAB; Estudo Habitação

8.6.2 HAB-02, Regularização fundiária (REURB-S) em massa com os municípios

Diagnóstico: Informalidade/posse sem título trava patrimônio e crédito; favelas espraiando (2->8 municípios entre 2010-2022)

Evidência / dado: Regularização custa ~R\$1,7k/título e valoriza o imóvel 30-50%; AGEHAB já fez 8.307 títulos

Alternativas: (A) status quo; (B) REURB-S em massa com os municípios; (C) só casos pontuais

Critério de escolha: Escolhe (B): maior alavancagem por real de todo o eixo

Ação (o como): Escalar a regularização fundiária (REURB-S) para dezenas de milhares de títulos, em cooperação com os 79 municípios

Meta / indicador (KPI): Nº de títulos/ano

Custo e financiamento: INVESTIMENTO baixo: ~R\$1,7k/título (40 mil títulos = ~R\$68mi em 4 anos). Sem custeio recorrente

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: AGEHAB; Prefeitura CG (Sonho Seguro)

8.6.3 HAB-03, “Terreno do Cidadão”: autoconstrução assistida no interior

Diagnóstico: A casa pronta custa R\$90-110k; a família pode construir com aporte menor se receber base + infra

Evidência / dado: Aporte estadual ~R\$20k/família (base, hidráulica, contrapiso, 1a fiada); o município doa o lote com infra

Ação (o como): Ampliar o Lote Urbanizado / Terreno do Cidadão como principal via de 'construir' no interior (autoconstrução assistida)

Meta / indicador (KPI): Nº de famílias/ano iniciando a casa própria

Custo e financiamento: INVESTIMENTO ~R\$20k/família (15 mil famílias = ~R\$300mi em 4 anos); contrapartida municipal (terreno/infra). 5x mais barato que casa pronta

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: AGEHAB (Lote Urbanizado)

8.6.4 HAB-04, Bônus Moradia complementando o Minha Casa Minha Vida

Diagnóstico: O grosso do volume de moradia é federal (MCMV); o estado alavanca com subsídio a entrada

Evidência / dado: Subsídio estadual R\$25-32k/família sobre o federal (~R\$55k); MCMV contratou 31,2 mil unidades em MS (R\$4,68 bi, 2023-25)

Ação (o como): Manter/ampliar o Bonus Moradia complementando o MCMV, priorizando a Faixa 1 (baixa renda)

Meta / indicador (KPI): Nº de famílias com subsídio/ano

Custo e financiamento: INVESTIMENTO/subsídio R\$25-32k/família (aporte) - alavanca recurso federal + FGTS

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: AGEHAB (Bonus Moradia); MCMV

8.6.5 HAB-05, Urbanizar as comunidades precárias via Novo PAC

Diagnóstico: MS tem o menor % de favelas do país (0,6%), mas o problema espraia para o interior e concentra precariedade

Evidência / dado: 16.678 pessoas em favelas (IBGE 2022); urbanização completa ~R\$103k/família (caso Novo Samambaia, co-financiado Novo PAC Periferia Viva)

Ação (o como): Urbanizar as comunidades precárias (infra + equipamentos + regularização) via Novo PAC, começando pelas maiores (Homex/CG, Santa Felicidade/Dourados)

Meta / indicador (KPI): Nº de famílias/comunidades urbanizadas

Custo e financiamento: INVESTIMENTO ~R\$103k/família (~3.500 famílias = ~R\$360mi); majoritariamente co-financiado Novo PAC

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Novo PAC Periferia Viva; IBGE 2022

8.6.6 HAB-06, FEHIS só em habitação, com transparência e auditoria

Diagnóstico: Ha registro de transferência de recurso do fundo de habitação para o Tesouro - o fundo pode não estar cumprindo a finalidade

Evidência / dado: R\$17,5 mi transferidos do fundo de habitação para o Tesouro Estadual

Ação (o como): Garantir que o FEHIS seja usado só em habitação, com transparência e auditoria; vincular a execução a metas

Meta / indicador (KPI): % do FEHIS aplicado em habitação

Onde já funcionou / referência: Munica de transparência; confirmar em fonte documental antes de peca

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Midiamax 2026

8.7 Turismo

6 propostas.

8.7.1 TUR-01, Dobrar a fatia do turismo no PIB, com o Pantanal à frente

Diagnóstico: MS tem dois ativos de classe mundial (Bonito e Pantanal), mas o turismo pesa só 2,46% do PIB - o 'MS é rico, o povo é pobre' aplicado ao turismo

Evidência / dado: Turismo 2,46% do PIB; R\$2,36bi valor adicionado; ~88 mil empregos; R\$21,6bi de movimento na cadeia (Matriz FundturMS, base ~2019)

Ação (o como): Meta de DOBRAR a fatia do turismo no PIB, com o Pantanal como maior potencial não realizado (ver aba de fases)

Meta / indicador (KPI): % do turismo no PIB; empregos; fluxo de turistas

Custo e financiamento: CAPEX de infraestrutura (federal/BID/crédito) + OPEX de promoção (hoje subdimensionado). Ver 'Turismo Orçamento-Fases'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Matriz FundturMS; Observatório do Turismo MS

8.7.2 TUR-02, Destruar o acesso ao Pantanal e a Corumbá

Diagnóstico: O Pantanal/Corumbá é ativo UNESCO subexplorado - capta uma fração de Bonito, apesar de ser maior; e onde cada real rende mais

Evidência / dado: Bonito 293-313 mil turistas/ano; Corumbá (PIB R\$4,19bi) recebe fluxo proporcionalmente muito menor; +73 mil estrangeiros em MS (2024)

Ação (o como): Destruar o acesso ao Pantanal/Corumbá (estrada-parque, aeroporto) + promoção internacional

Meta / indicador (KPI): Fluxo de turistas em Corumbá/Pantanal

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): acesso ~R\$100-300mi (alavancável BID/PRODETUR). PRAZO: Fase 2

Onde já funcionou / referência: Bonito e o modelo de eficiência; o Pantanal é o maior retorno marginal

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Observatório Turismo MS; mapa_cidades

8.7.3 TUR-03, Promoção internacional pela Rota Bioceânica

Diagnóstico: 73 mil estrangeiros e pouco para um estado fronteirico com dois icones globais; falta promoção internacional

Evidência / dado: Rota Bioceânica (ponte US\$102,6mi federal, fim 2026): projecao oficial de +30% no turismo no 1o ano, +70% no 2o

Ação (o como): Ampliar a promoção internacional via Rota Bioceânica (eixo andino/asiático + Paraguai)
- o CAPEX pesado (ponte) e federal

Meta / indicador (KPI): Nº de turistas estrangeiros; ocupação na baixa temporada

Custo e financiamento: OPEX de promoção (barato); alavanca CAPEX federal já em curso. PRAZO: Fase 1 (maior retorno/custo)

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: Gov-MS / Rota Bioceânica

8.7.4 TUR-04, Replicar o “modelo Bonito” e distribuir a demanda

Diagnóstico: Dependência de um só destino (Bonito, que já recuou 7% em 2024); o modelo de gestão de fluxo não foi replicado

Ação (o como): Replicar o 'modelo Bonito' (governança + voucher/observatório) em Jardim, Bodoquena, Miranda e Costa Leste - distribui a demanda

Meta / indicador (KPI): Nº de destinos com gestão de fluxo estruturada

Custo e financiamento: CAPEX baixo (sinalização, centros de visitantes); OPEX de estruturação. PRAZO: Fase 1

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: OTEB (modelo Bonito)

8.7.5 TUR-05, Turismo de negócios (MICE) contra a sazonalidade

Diagnóstico: Sazonalidade gera ociosidade hoteleira na baixa temporada

Ação (o como): Calendário de eventos + turismo de negócios (MICE) em Campo Grande - o MICE gasta ~3x o lazer e usa a hotelaria ociosa

Meta / indicador (KPI): Ocupação hoteleira na baixa; nº de eventos/ano

Custo e financiamento: OPEX puro (editais); retorno rápido. PRAZO: Fase 2

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Observatório Turismo MS

8.7.6 TUR-06, Ampliar o FUNDTUR e decidir a promoção por dado

Diagnóstico: O fundo estadual de promoção (FUNDTUR ~R\$12,7mi/ano) é pequeno demais para o tamanho do patrimônio

Ação (o como): Ampliar o OPEX de promoção e decidir por dado (Observatório/Alumia/Matriz - base acima da média nacional)

Meta / indicador (KPI): Orçamento de promoção/ano; ROI de marketing

Custo e financiamento: OPEX de promoção (hoje ~R\$12,7mi, subdimensionado). PRAZO: Fase 1

Onde já funcionou / referência: O Observatório/Alumia são ativos raros - diferencial técnico do 'economista que traduz'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: FUNDTUR-MS

8.8 Meio Ambiente e Pantanal

6 propostas.

8.8.1 AMB-01, Brigada permanente e manejo do fogo, via Fundo Amazônia

Diagnóstico: O Pantanal queimou catastróficamente (2020 ~4,5mi ha/17mi animais; 2024 ~1,9mi ha, junho recorde, pior seca do rio Paraguai em 124 anos) - a resposta tem que ser PREVENÇÃO, não só apagar

Evidência / dado: Corumbá o mais atingido; prejuízo 2020 ~US\$123mi. Com prevenção, área queimada CAIU 91% em 2025 (MMA)

Alternativas: (A) só combate emergencial; (B) brigada permanente + manejo integrado do fogo (prevenção); (C) depender do federal

Critério de escolha: Escolhe (B): prevenir sai mais barato que remediar (prejuízo 2020 > pacote federal inteiro)

Ação (o como): Brigada estadual PERMANENTE + manejo integrado do fogo; acessar o Fundo Amazonia (que passou a financiar o Pantanal)

Meta / indicador (KPI): Área queimada/ano; focos de calor; nº de brigadistas permanentes

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): equipamento/aeronaves ~R\$30-60mi. CUSTEIO (OPEX): brigada + fiscais ~R\$30-60mi/ano. Pay-for: FUNDO AMAZONIA (R\$150mi p/ Cerrado/Pantanal, MS incluído, 2025) + Fundo Clima. PRAZO: Fase 1

Onde já funcionou / referência: 91% de área queimada em 2025 = prevenção funciona

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: MapBiomass; MMA/Fundo Amazonia

8.8.2 AMB-02, Escalar o PSA e monetizar o carbono do Pantanal

Diagnóstico: A conservação já começou a pagar, mas o valor não compete com a conversão e o carbono e subexplorado

Evidência / dado: PSA Pantanal lançado 2025: R\$55,47/ha/ano (teto R\$100k/propriedade), meta R\$1,4bi até 2030 (Fundo Clima Pantanal). Potencial de carbono >1,2mi ha (REDD+ Serra do Amolar já certificou 135 mil ha, Verra)

Ação (o como): Escalar o PSA para valor que compete com a renda da conversão (financiado por carbono, não só pelo tesouro); o Estado como FACILITADOR da certificação de carbono nos 1,2mi ha

Meta / indicador (KPI): Nº de ha em PSA; R\$/ha; toneladas de CO2e certificadas

Custo e financiamento: OPEX do PSA (Fundo Clima Pantanal R\$1,4bi/2030) + receita de carbono. Alavancável Floresta Viva (BNDES+Petrobras, R\$42mi inclui MS)

Onde já funcionou / referência: 'Conservação que paga': PSA + carbono + turismo (liga com eixo 13)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: SEMADESC (PSA Pantanal); IHP (REDD+)

8.8.3 AMB-03, Qualificar o ICMS Ecológico premiando a conservação

Diagnóstico: MS distribui ICMS Ecológico, mas com desenho inferior ao do Paraná (que premia melhor biodiversidade e mananciais)

Evidência / dado: MS distribui ~R\$154,7mi/ano de ICMS Ecológico a ~73 municípios; o PR (menor, sem Pantanal) distribui ~R\$255mi com 2,5% biodiversidade + 2,5% mananciais | O ICMS Ecológico é uma fatia da cota municipal de ICMS (R\$4,385 bi repassados em 2025), qualificar o critério ambiental redistribui DENTRO dessa base, sem custo novo ao Tesouro.

Ação (o como): Qualificar o ICMS Ecológico: elevar o peso do critério ambiental, premiar manejo do fogo e UCs efetivas, vincular parte a água

Meta / indicador (KPI): R\$ do ICMS Ecológico condicionado a resultado ambiental

Custo e financiamento: NEUTRO (e redistribuição da cota municipal do ICMS, não gasto novo)

Onde já funcionou / referência: Modelo Parana (LC 59/1991)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: IMASUL; AEN-PR

8.8.4 AMB-04, Reestruturar o IMASUL: agilidade com fiscalização

Diagnóstico: O IMASUL está sucateado - trava tanto o agro (lentidão no licenciamento) quanto a fiscalização (permissividade)

Evidência / dado: 106 fiscais/analistas para todo o estado (18 anos sem concurso); concurso de 99 vagas em 2024

Ação (o como): Empossar o concurso, manter o licenciamento digital e definir prazos máximos - agilidade COM fiscalização

Meta / indicador (KPI): Tempo médio de licença; nº de fiscais em campo; backlog de processos

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): folha dos novos servidores. PRAZO: Fase 1

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: IMASUL 2024

8.8.5 AMB-05, Regularizar a Lei do Pantanal com produtores e ambientalistas

Diagnóstico: A Lei do Pantanal precisa de regulamentação completa - o zoneamento agroecológico-econômico e o elo fraco (risco de judicialização); MS ficou atrás de MT em proteção

Evidência / dado: Lei 6.160/2023 (CORRIGIR: não é 5.867/2022), em vigor desde fev/2024; criou o Fundo Clima Pantanal (base do PSA); regulamentação do zoneamento pendente

Ação (o como): Concluir a regulamentação com produtores e ambientalistas; pecuária extensiva sustentável e agricultura familiar permitidas; fogo só com licença

Meta / indicador (KPI): Zoneamento publicado; % da AUR-Pantanal zoneada

Custo e financiamento: Baixo (gestão/normatização)

Onde já funcionou / referência: CUIDADO: usar 'Lei 6.160/2023', nunca '5.867/2022' (adversário exploraria o erro)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: Lei 6.160/2023 (DO-MS)

8.8.6 AMB-06, Salvar o Cerrado: recuperar pastagem em vez de abrir área

Diagnóstico: O Cerrado - não o Pantanal - é o bioma mais devastado de MS, e o mais esquecido no debate

Evidência / dado: Cerrado é 61% de MS e só ~25% ainda nativo (2o pior do país); eucalipto explodiu (1,5mi ha, +436% em 14 anos, o que mais cresce no Brasil, no 'Vale da Celulose' Três Lagoas-Ribas-Água Clara); soja 4,5mi ha

Ação (o como): Monitorar e conter conversão ilegal; RECUPERAR PASTAGEM DEGRADADA (produtivo) em vez de abrir área nova; PSA/carbono para o Cerrado remanescente

Meta / indicador (KPI): Ha de Cerrado nativo conservado; ha de pastagem recuperada

Custo e financiamento: Recuperar pastagem ~R\$1-2k/ha (produtivo, barato) vs restaurar nativa ~R\$5-15k/ha. Alavancável crédito/carbono/Floresta Viva

Onde já funcionou / referência: MS já é o estado que menos desmata ilegalmente - a pressão e a conversão LEGAL de Cerrado

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: MapBiomass; SEMADESC

8.9 Agricultura Familiar e Pequeno Produtor

5 propostas.

8.9.1 AGF-01, Favorecer o pequeno produtor: alto impacto social, baixo custo

Diagnóstico: 6 em cada 10 propriedades de MS são pequenas/familiares, mas o discurso e o orçamento vão para o grande agro; o pequeno de MS e pecuarista/leiteiro - o elo mais espremido

Evidência / dado: 43.223 estabelecimentos familiares = 61% (Censo Agro 2017); MS GANHOU +2.969 (contra queda nacional); pecuária familiar 26.473 estab.

Ação (o como): Programa de favorecimento do pequeno com instrumentos combinados (ver aba de fases) - alto impacto social, baixo custo

Meta / indicador (KPI): Nº de famílias atendidas; renda do pequeno

Custo e financiamento: Eixo BARATO: sobretudo OPEX de ATER + compras públicas; CAPEX pontual. Ver 'Agricultura Familiar Orçamento-Fases'

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: IBGE Censo Agro 2017; SEMADESC

8.9.2 AGF-02, Comprar da agricultura familiar (PNAE 60%, dobrar o PAA)

Diagnóstico: O pequeno é refém do oligopsônio (frigorífico/laticínio dita o preço); recebe menos e vende cru

Evidência / dado: Leite R\$2,38/litro vs R\$2,80 'Média Brasil' (-15%); produção de leite -11,2% (2023); MS exporta boi e importa leite

Alternativas: (A) status quo; (B) comprar do pequeno com dinheiro público (PNAE/PAA) - renda garantida sem depender do oligopsônio; (C) só subsídio

Critério de escolha: Escolhe (B): a alavanca mais barata e poderosa

Ação (o como): Travar o PNAE no teto (>=45%, mirar 60%) e DOBRAR o PAA estadual (Ponte Inclusiva); meta pública auditável de % comprado da AF por município

Meta / indicador (KPI): % comprado da agricultura familiar (PNAE/PAA)

Custo e financiamento: OPEX quase custo zero: +R\$15-25mi/ano (PAA); PNAE e federal (FNDE). PRAZO: Fase 1

Onde já funcionou / referência: PAA Ponte Inclusiva já executou >R\$21,8mi desde 2021 - estrutura pronta

Prioridade: Quick-win (100 dias)

Fonte: FNDE/PNAE; SEMADESC (PAA)

8.9.3 AGF-03, ATER de verdade: +360 técnicos no cinturão pobre

Diagnóstico: A assistência técnica (ATER) não chega: sem ela não há produtividade nem acesso a crédito

Evidência / dado: AGRAER ~500 profissionais para 43 mil famílias = 1 técnico: 86 famílias (metade do padrão 1:50)

Ação (o como): ATER de verdade: ~360 técnicos de campo a mais (1:50), priorizando o cinturão pobre (Aquidauana, Miranda, Ladário, fronteira sul, assentamentos)

Meta / indicador (KPI): Relação técnico:família; nº de famílias assistidas

Custo e financiamento: CUSTEIO (OPEX): ~360 técnicos x R\$150k = ~R\$54mi/ano. PRAZO: Fase 2. Alavancável ANATER

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: AGRAER-MS

8.9.4 AGF-04, Selo e mini-laticínios para o pequeno industrializar

Diagnóstico: Sem selo de inspeção agil, o queijo/embutido/mel familiar e informal e não entra na merenda nem no mercado

Evidência / dado: SIE/IAGRO com equivalência SISBI/SUASA permite vender em todo o Brasil - mas depende de SIE agil

Ação (o como): Rede de mini-laticínios/agroindústrias cooperativas + SIE rápido, para o pequeno INDUSTRIALIZAR e vender direto (merenda, mercado nacional) em vez de entregar leite cru barato

Meta / indicador (KPI): Nº de agroindústrias familiares com SIE; % de produção industrializada localmente

Custo e financiamento: INVESTIMENTO (CAPEX): ~R\$8mi (10 mini-laticínios) + SIE (CAPEX baixo, alto retorno). PRAZO: Fase 2

Onde já funcionou / referência: Quebra o oligopsonio pela verticalização (liga com Economia ECO-11)

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: IAGRO (SIE/SISBI)

8.9.5 AGF-05, Fundo de garantia e compra coletiva de insumo

Diagnóstico: O pequeno paga caro no insumo (fertilizante ~40% do custo) e não tem crédito/garantia

Ação (o como): Fundo estadual de garantia + compra coletiva de insumo via cooperativa (escala coletiva atacando o custo do fertilizante)

Meta / indicador (KPI): Volume de crédito ao pequeno; custo de insumo por cooperativa

Custo e financiamento: CAPEX (capital do fundo) + OPEX ~R\$10-20mi/ano. PRAZO: Fase 3. Complementa PRONAF federal

Prioridade: Estrutural (4 anos)

Fonte: PRONAF; cooperativas

9. Arcabouço Fiscal (Financiamento)

De onde sai o dinheiro. As âncoras da LDO 2026 e o fechamento das contas do plano.

Item	Valor	Observação / uso
Receita Total 2026 (exceto RPPS)	R\$ 23,86 bi	Tamanho do bolo
Receita Tributária (LOA 2026)	R\$ 22,31 bi	Base da arrecadação
Receita Corrente Líquida (RCL) 2026	R\$ 22,59 bi	Referência dos limites (LRF, duodécimos)
RENÚNCIA de ICMS 2026	R\$ 11,95 bi/ano	MAIOR pay-for: Construção R\$6bi + Agro R\$3,75bi = 82%. Capturar só a parcela regressiva/não fiscalizada
Pessoal / RCL 2026	51,97%	Acima do teto LRF (49%) - pressão a atacar
Duodécimos (órgãos de controle)	~R\$ 3,5 bi/ano (14%)	GES-02: devolução de saldo por eficiência
Déficit RPPS 2024	R\$ 1,842 bi	GES-03: aporte do Tesouro ~R\$1bi/ano
Resultado Primário 2026 (sem RPPS)	R\$ 207,3 mi	REALISMO: deficitário sem a previdência
Resultado Nominal 2026 (sem RPPS)	R\$ 879,9 mi	Estado se endivida ~R\$880mi/ano
Margem de expansão de despesa (DOCC)	R\$ 44,5 mi	NEGATIVA: nova despesa exige cortar antes
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R\$ 5,66 bi	Baixa vs teto LRF (DCL/RCL ~25%)
FECHAMENTO DO PLANO (v0.7) ---		(soma das reformas, 4 anos)
Espaco fiscal bruto (4 anos)	R\$ 20,81 bi	Supersalários + duodécimos + custeio + progressividade + pente-fino
(-) Desoneracao popular (Pilar 1)	R\$ 3,18 bi	Gas, luz, carne, cesta, RENAME, internet, água
(=) SALDO LÍQUIDO p/ investir	R\$ 17,63 bi	Saúde, polícia, educação, previdência, infraestrutura, FDP

Leitura: as duas grandes rampas do plano não brigam pelo custeio corrente. A aplicação em saúde sobe por trajetória, de ~12% para 18-20% do orçamento (+2 pontos/ano, cada ponto ~R\$ 195 mi/ano), financiada capturando fração da renúncia de ICMS e dos cortes; um salto em bloco é que seria inviável. E o investimento do Estado, ampliado pelo banco de desenvolvimento público (ECO-05, INT-06), mira 30% somando orçamento e crédito, que é conta de capital e não disputa o custeio.

O que o orçamento oficial revela:

Dos R\$ 3,44 bilhões de investimento do Estado, 65% vão para estradas e infraestrutura (AGESUL R\$ 1,07 bi + Fundersul R\$ 1,04 bi), enquanto saúde e educação recebem apenas cerca de 4,6% cada (~R\$ 157-159 mi). O Estado investe em asfalto, não em gente, e a própria LDO projeta o investimento encolhendo (de 15,1% para 14,5% da RCL até 2028), com pessoal travado em ~52%. É a tese deste plano, o MS é rico, o povo é pobre, escrita no orçamento oficial.

10. Governança e Implementação

A execução separa vitórias rápidas (primeiros 100 dias) de reformas estruturais (horizonte de 4 anos).

10.1 Primeiros 100 dias (quick-wins)

- ECO-04, Revisar incentivos e fazer orçamento por prioridade
- ECO-07, Cadastro público anual dos beneficiários de ICMS
- BP-01, ICMS zero no gás de cozinha para famílias do CadÚnico

- BP-02, Energia: isenção até 150 kWh e faixas progressivas de ICMS
- BP-04, ICMS zero na cesta básica, mirando reduzir o custo até 50%
- SAU-02, Plano emergencial para desafogar a Santa Casa de Campo Grande
- SAU-03, Pôr em uso a estrutura de saúde que já existe
- SAU-04, Normalizar as UPAs em cooperação com os municípios
- SAU-11, Método antes de privatizar: auditar a demanda e ouvir a população
- SAU-13, Pôr o ativo próprio em operação e acabar com aluguéis suspeitos
- SEG-02, Central integrada de inteligência para “seguir o dinheiro”
- SEG-06, Política estadual de enfrentamento ao feminicídio
- SEG-07, Meta de redução do crime por região, cobrada por resultado
- COR-03, Combater fraude em atestados médicos com perícia
- COR-04, Paineis públicos de toda obra, fiscalizável do celular
- COR-15, Vedar o nepotismo como régua pública de integridade
- COR-16, Transparência total da verba de publicidade oficial
- COR-19, Painéis públicos de contas (físicos e QR) em todo o Estado
- COR-22, Canal 157: tira-dúvidas de contas públicas e corrupção
- GES-07, Governador que fiscaliza o caixa, não a inauguração
- EDU-05, EJA e alfabetização de idosos com igrejas e comunidades
- HAB-02, Regularização fundiária (REURB-S) em massa com os municípios
- HAB-06, FEHIS só em habitação, com transparência e auditoria
- TUR-03, Promoção internacional pela Rota Bioceânica
- AMB-01, Brigada permanente e manejo do fogo, via Fundo Amazônia
- AMB-04, Reestruturar o IMASUL: agilidade com fiscalização
- AGF-02, Comprar da agricultura familiar (PNAE 60%, dobrar o PAA)

10.2 Reformas estruturais (4 anos)

As demais propostas seguem sequenciadas por dependência e impacto fiscal, ancoradas no arcabouço da seção 9. O corte de privilégios (supersalários, comissionados, propaganda) financia a expansão de saúde, segurança e infraestrutura.

Anexo A, Registro de Casos (Combate à Corrupção)

Municação verificada. Presunção de inocência; usar sempre “investigado / réu / condenado em 1ª instância / preso e depois solto”. Nunca somar valor documentado com estimativa.

Caso	Órgão / Gestão	Ano	Valor R\$	Status	Marca	Fonte
Vostok - propina JBS	Governo (R. Azambuja)	2014-16	R\$67,7mi propina + R\$209,7mi incentivo; R\$277mi bloqueados	Reu; AP 980 trancada por Toffoli (revelada 02/06/2026); sem condenacao	VER (fato) / ALEG (propina)	MPF/PGR; O Jacare
Lama Asfáltica	SEINFRA (Puccinelli)	2011-14	Dano denunciado R\$308,8mi; núcleo Amorim: desvio R\$5,1mi	Puccinelli absolvido em uma ação; núcleo Amorim condenado 1a inst.	VER / ALEG	MPF-MS; O Jacare
Aquário do Pantanal	SEINFRA (Puccinelli)	2008-17+	Licitado R\$84mi -> ~R\$234mi sem inaugurar; +245% num serviço	Bloqueios; superfaturamento apontado pelo MP	VER (custo) / indicio	Capital News; MP-MS
Buraco Sem Fim	Agesul (Fiorese)	2018-25	Rial R\$113,7mi; 3,7% executado num trecho; R\$429mil em espécie	7 presos maio/2026 e depois soltos; Rial proibida de licitar	VER / ALEG	Correio do Estado
Cascalhos de Areia	Obras / ALS	2023	Prejuízo denunciado R\$7,3mi	Andre L. Santos condenado 5 anos (2025, não transitado), solto	VER (cond. 1a inst.)	Dossie/imprensa MPE
Pacote Agesul R\$1,9bi	Agesul (Riedel)	2026	R\$1,9bi em 5 concorrências; indicio de simulacao (desagio 0,92%)	Habilitação; representação TCE/CADE; sem ilícito provado	VER (valores) / ALEG (cartel)	Impugnacao Agesul
TI GEOI2/Imagetech	Governo (Azambuja)	2015-21	R\$117,9mi em contratos de TI (mesmas empresas/endereco)	TAC enterrou investigacoes; sem ação penal	VER / ALEG	Midiamax 2021
MSPrev 2017	Governo (Azambuja)	2017	Fundo ~R\$400mi extinto; alíquota 11->14%	Ato de GESTÃO - NÃO e corrupção; usar como munção fiscal	VER (gestão)	MS Noticias
Fraudes Detran-MS	Detran-MS	2019-24	+4.000 fraudes em 5 anos; valor global	Operações; despachante preso e depois solto; sem condenacao	VER / ALEG	Midiamax 2026
ESTIMATIVA: piso documentado (3 governos) ~R\$985mi- R\$1,2bi. Ordem de grandeza (auditoria 10-20% sobre obras/compras) = R\$350-700mi/ano. NUNCA somar os dois.						

Anexo B, Metas Públicas (compromissos já divulgados)

Metas públicas do candidato (site). Onde conflita com a LDO 2026, prevalece a LDO.

Área	Indicador atual	Meta / compromisso	Obs
Estradas	71% dos municípios com >50% de estrada de chão; 28.400 km não pavimentados	100% de acesso pavimentado ao perímetro urbano até 2030	Coerente com dados de estradas (85% da malha estadual sem asfalto pleno)
Saúde - cobertura	Atenção básica 64,2%	85% em 4 anos	
Saúde - leitos	2,1 leitos SUS / mil hab	3,0 / mil hab	
Saúde - mortalidade	Mortalidade infantil 12,4	(reduzir)	
Segurança	Homicídio 18,7/100k (2024, EM QUEDA, ~20o); 21% dos homicídios na fronteira (12% da pop); feminicídio 3,14/100k mulheres; déficit prisional 88%	(reduzir homicídios)	
Finanças - pessoal	51,8% da RCL (abr/2025)	Manter < 54% da RCL	LDO 2026: 51,97% (mais atual); atenção ao teto LRF de 49%
Finanças - primário	R\$0,34 bi (2024)	Positivo nos 4 anos	LDO 2026: -R\$207mi sem RPPS (mais atual)
Finanças - dívida	DCL R\$8,7 bi (abr/2025)		USAR LDO 2026: DCL R\$5,66 bi
Finanças - receita	Receita líquida R\$14,2 bi (2024)		USAR LDO 2026: RCL R\$22,59 bi
Agro	PIB agropecuário R\$31,4 bi (cerca de 13-14% do PIB estadual); a cadeia ampla do agronegócio chega a ~23%; exportações US\$5,8 bi		Base da tese 'MS é rico'

Anexo C, Programas faseados e orçamento (investimento × custeio)

Cada estudo temático vira um programa orçado e faseado, separando investimento (CAPEX) de custeio (OPEX), com prazo, respeitando o orçamento anual limitado. Fundamentação nos estudos: Saúde, Habitação, Segurança, Estradas, Educação, Turismo, Meio Ambiente/Pantanal e Agricultura Familiar.

Saúde

Por que faseado: o orçamento anual é limitado; elevar a aplicação em saúde para 18-20% de uma vez pressionaria demais o saldo. A trajetória de +2 pontos/ano (~R\$195mi por ponto) casa a rampa de CUSTEIO com a capacidade fiscal; o INVESTIMENTO pesado (leitos/oncologia) sai de crédito/Novo PAC, não do custeio corrente.

Fundamentação: Estudo_Saúde_MS_demanda_custeio.md.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1-100 dias / Ano 1 (emergência + base)	Reequilíbrio dos hospitais-âncora (Santa Casa CG + Corumbá); ativar estruturas ociosas do interior; normalizar UPAs com municípios; renegociar dívida legada (~R\$250mi, estoque)	~R\$100-200 mi (reformas / reativacao)	+R\$250-380 mi/ano	1o ponto do orçamento (~R\$195mi) + fundo-a-fundo federal + repactuação SUS
Fase 2, Anos 2-3 (APS plena + UTI regional)	Universalizar APS (85%->100%, ~138 equipes ESF + 50-100 UBS); UTI no interior (+100-150 leitos, foco Pantanal/Dourados/Costa Leste); concluir obras iniciadas (HU Três Lagoas, HRD 192)	~R\$200-400 mi (UBS + UTI + conclusão de obras)	+R\$300-500 mi/ano	2o/3o pontos (~R\$390-585mi acum.) + capitacao federal (APS) + Novo PAC (obras)
Fase 3, Ano 4 + legado (alta complexidade descentralizada)	Fechar déficit de leitos rumo a 2,5-3/mil (co-financiado Novo PAC); oncologia no interior (1-2 aceleradores); consolidar rede 24h regionalizada	~R\$0,5-1,2 bi (leitos + oncologia; plurianual, maioria Novo PAC/crédito)	+R\$200-350 mi/ano	4o ponto (~R\$780mi acum.) + Novo PAC + crédito (BNDES/FINISA)
TOTAL (4 anos)	Programa Saúde completo (Fases 1-3)	~R\$0,8-1,8 bi CAPEX	~R\$0,8-1,0 bi/ano OPEX no pleno	Estadual (trajetoria +2pts/ano) + federal fundo-a-fundo + Novo PAC + crédito

Habitação

Habitação difere de saúde/segurança: e quase toda INVESTIMENTO/SUBSÍDIO pontual, com custeio recorrente mínimo (não pesa na rigidez futura). O aporte estadual alavanca o federal (cada R\$25-32k mobiliza ~R\$55k MCMV + FGTS). Regularização (Fase 1) entrega número alto a custo baixíssimo. Fonte:

Estudo_Habitação_MS_demanda_custeio.md.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Regularização fundiária em massa (barata, quick-win) + ampliar Lote Urbanizado; integrar cadastro Habix ao MCMV	~R\$150-250 mi	Baixo (operação AGEHAB)	Estadual (FEHIS) + municipal (terra)
Fase 2, Anos 2-3	Escalar autoconstrução assistida + subsídio complementar ao MCMV; iniciar urbanização de favelas	~R\$350-550 mi	Baixo	FEHIS + MCMV (federal) + Novo PAC
Fase 3, Ano 4	Consolidar urbanização de comunidades + fechar meta de redução do déficit	~R\$300-400 mi	Baixo	Novo PAC + FEHIS + crédito

TOTAL (4 anos)	~30-35 mil famílias atendidas (~metade do déficit)	~R\$0,8-1,2 bi (aporte estadual; ~metade co-financiada)	Recorrente mínimo	Estadual + MCMV + PAC + municipal
-----------------------	--	---	-------------------	-----------------------------------

Segurança

Segurança e o INVERSO da habitação: majoritariamente CUSTEIO PERMANENTE (folha) que recai no Tesouro estadual (FNSP/FUNPEN não pagam folha) - logo gera rigidez futura (RPPS). Sequência: primeiro o barato/alto-retorno (muralha digital na fronteira, ~R\$30mi, alavancável FNSP); depois a folha em rampa; o prisional (CAPEX) via FUNPEN. Fonte: Estudo_Segurança_MS_demanda_custeio.md.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Concurso emergencial (1o lote +500-1.000); MURALHA DIGITAL na fronteira; bases do DOF em Ponta Porã e Corumbá; política de feminicídio	~R\$100-200 mi	+R\$150-200 mi/ano (folha inicial)	Tesouro (folha) + FNSP (câmeras/viaturas)
Fase 2, Anos 2-3	Escalar concursos rumo aos 4 mil; ampliar vagas prisionais (+2-4 mil); renovar frota	~R\$300-500 mi	+R\$300-400 mi/ano	Tesouro (folha) + FUNPEN (vagas) + FNSP
Fase 3, Ano 4 + legado	Completar efetivo; consolidar inteligência integrada (PM+PC+DOF) e o sistema prisional	~R\$100-300 mi	+R\$500-700 mi/ano (no pleno)	Tesouro (folha) + federal (investimento)
TOTAL (4 anos)	Déficit de efetivo e prisional atacados	~R\$0,6-1,2 bi CAPEX	~R\$500-700 mi/ano OPEX no pleno	Tesouro estadual (folha) + FNSP + FUNPEN

Estradas

Estradas tem CAPEX pesado (pavimentar/duplicar), financiável por concessão/crédito/PAC, E um OPEX recorrente alto de conservação (~R\$1bi/ano) que hoje vem do Fundersul - que a Reforma Tributária EXTINGUE. Definir a fonte substituta e a decisão estrutural nº1. Regra: restaurar (R\$0,9mi/km) rende 2x mais que pavimentar (R\$1,5-2mi/km). Fonte: Estudo_Estradas_MS_demanda_custeio.md.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Restaurar antes de pavimentar (corredores degradados); iniciar 'Fim das pontes de madeira'; DEFINIR a fonte substituta do Fundersul (crítico)	~R\$300-600 mi (restauração + pontes)	Manter ~R\$1 bi/ano (transição Fundersul)	Fundersul (enquanto existir) + Novo PAC + crédito
Fase 2, Anos 2-3	'Estradas que salvam vidas': pavimentar leito natural que liga município a polo de saúde/escoamento; ampliar pontes de concreto	~R\$1-2 bi (pavimentação priorizada)	~R\$1 bi/ano	BIRD/BNDES + PAC + nova fonte de custeio
Fase 3, Ano 4 + legado	Duplicação de corredores críticos (concessão transparente/crédito); consolidar manutenção sustentável	Via concessão/crédito (bilhões, fora do custeio)	~R\$1 bi/ano	Concessão + crédito + fonte pós-Fundersul
TOTAL	Malha recuperada + custeio garantido	CAPEX plurianual (bilhões, majoritariamente concessão/crédito/PAC)	~R\$1 bi/ano de conservação	Fonte substituta do Fundersul (estrutural) + federal + concessão

Educação

Educação já tem piso vinculado (25% MDE + FUNDEB) - o esforço e REALOCAR dentro do vinculado para qualidade (médio, integral, EJA) e cofinanciar creche, não criar despesa nova. O gargalo e resultado, não gasto. Fonte: Estudo_Educação_MS.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Atacar o Ensino Médio (IDEB 4,0) c/ gestão por resultado + busca ativa; EJA/alfabetização de idosos; esgoto nas escolas de alto risco	~R\$100-200 mi	+R\$100-200 mi/ano	25% MDE + FUNDEB + salário-educação
Fase 2, Anos 2-3	Expandir tempo integral; técnico atrelado a vaga real; cofinanciar creche c/ municípios	~R\$300-500 mi	+R\$200-400 mi/ano	FUNDEB + FNDE/PAC creche + estadual
Fase 3, Ano 4	Consolidar rede integral + laboratórios/conectividade	~R\$200-300 mi	+R\$300-400 mi/ano	FUNDEB + estadual
TOTAL	IDEB médio sobe, creche cofinanciada, analfabetismo cai	~R\$0,6-1,0 bi CAPEX	Rampa dentro dos 25% MDE + FUNDEB	25% constitucional + FUNDEB + FNDE

Turismo

Turismo tem custeio de promoção baixo (o gargalo e subinvestir em marketing) + CAPEX de infraestrutura alavancável com federal/BID/crédito. Maior retorno: promoção (OPEX barato) + destravar o acesso ao Pantanal. Fonte: Estudo_Turismo_MS.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Ampliar promoção internacional via Rota Bioceânica; decisão por dado (Observatório/Alumia); replicar modelo Bonito no entorno	~R\$20-50 mi	+R\$20-40 mi/ano (promoção)	FUNDTUR + Min.Turismo + privado
Fase 2, Anos 2-3	Destravar acesso ao Pantanal/Corumbá (estrada-parque, aeroporto); MICE em CG	~R\$100-300 mi	+R\$30-50 mi/ano	BID/PRODETUR + estadual + concessão
Fase 3, Ano 4	Consolidar rede + hotelaria (crédito FUNGETUR); marketing andino/asiático	Via crédito privado (fora do orçamento)	Manutenção da promoção	FUNGETUR (privado) + PPP
TOTAL	Dobrar a fatia do turismo no PIB	CAPEX moderado (federal/BID/crédito)	Promoção a ampliar (hoje ~R\$12,7mi)	FUNDTUR + FUNGETUR + BID + Min.Turismo

Meio Ambiente

Conservação que paga: o custo estadual e baixo, o pesado e federal/multilateral/privado (Fundo Amazonia, Fundo Clima, BID Pantanal, carbono, Floresta Viva). Prevenir sai mais barato que remediar (prejuízo 2020 ~US\$123mi > pacote federal R\$150mi; área queimada -91% em 2025). Fonte: Estudo_MeioAmbiente_Pantanal_MS.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Brigada estadual PERMANENTE + manejo integrado do fogo; empossar o concurso do IMASUL; acessar Fundo Amazonia	~R\$30-60 mi (equip/aeronaves)	+R\$30-60 mi/ano (brigada+fiscais)	Fundo Amazonia (R\$150mi) + Fundo Clima + estadual
Fase 2, Anos 2-	Escalar o PSA Pantanal	Baixo (estruturacao)	+R\$20-50 mi/ano	Fundo Clima Pantanal

3	(R\$55/ha -> competitivo) + monetizar carbono (>1,2mi ha); qualificar o ICMS Ecológico		(PSA)	+ carbono + ICMS Ecológico (neutro) + Floresta Viva
Fase 3, Ano 4	Regulamentar a Lei 6.160/2023 (zoneamento); recuperar pastagem degradada	Via crédito/carbono	Manutenção	BID Pantanal + crédito + carbono
TOTAL	Fogo prevenido, conservação remunerada, Cerrado monitorado	CAPEX moderado (federal/Fundo Amazonia/BID)	OPEX ~R\$50-110 mi/ano	Fundo Amazonia + Clima + PSA + carbono

Agric Familiar

Eixo barato e de alto impacto social: sobretudo OPEX de ATER e compras públicas (renda garantida) + CAPEX pontual (agroindústria/cooperativa). Instrumentos já existem - ampliar, não inventar. Favorece o MENOR, não o grande agro. Fonte: Estudo_AgriculturaFamiliar_MS.

Fase / Prazo	Ação	Investimento (CAPEX)	Custeio (OPEX)/ano	Financiamento
Fase 1, Ano 1	Comprar do pequeno (PNAE >=45%, mirar 60%; dobrar o PAA estadual); agilizar o SIE	~R\$5-10 mi (SIE)	+R\$15-25 mi/ano (PAA)	PNAE/FNDE (federal) + PAA estadual + CONAB
Fase 2, Anos 2-3	ATER de verdade (~360 técnicos, 1:50, cinturão pobre); rede de mini-laticínios/cooperativas	~R\$8-15 mi (agroindústrias)	+R\$54 mi/ano (ATER)	Estadual + ANATER + PRONAF
Fase 3, Ano 4	Fundo estadual de garantia + compra coletiva de insumo	Capital do fundo	+R\$10-20 mi/ano	Estadual + crédito
TOTAL	Pequeno com assistência, mercado e selo	CAPEX baixo (~R\$20-40 mi)	OPEX ~R\$80-100 mi/ano	Federal (PNAE/PRONAF) + estadual

Anexo D, De onde vêm os recursos

A regra do plano: cada real de investimento tem uma origem declarada. Este anexo mostra primeiro DE ONDE viriam as economias e quanto representam; a aplicação desses recursos (Tabela 2) será detalhada em seguida.

Tabela 1, Fontes de economia (ordem de grandeza)

Valores em regime anual, já com 13° (×13). Estimativas conservadoras, ancoradas na folha (mar/2026) e na despesa executada (2025). Em linguagem condicional: descrevem o que um governo poderia poupar reorganizando o gasto, não promessa de campanha.

Fonte da economia	Economia (R\$/ano)	Como se chega	Nível
Fim dos supersalários (teto sem exceções)	R\$ 0,30-0,46 bi	Excedente dos servidores ATIVOS acima do teto (folha mar/2026, ×13). Parte teórica maior inclui inativos com direito adquirido.	Verificado
Redução de 40% dos cargos comissionados	R\$ 0,12-0,13 bi	~1.170-1.276 cargos, concentrados no 'meio' administrativo, × folha média (R\$ 8.102), ×13.	Verificado
Redução drástica da publicidade	R\$ 0,05-0,06 bi	De ~R\$ 90 mi/ano para um piso de utilidade pública (~R\$ 30 mi: saúde, segurança, campanhas essenciais).	Verificado
Enxugamento de eventos e patrocínios	R\$ 0,02 bi	~Metade dos ~R\$ 38 mi/ano gastos com eventos.	Verificado
SUBTOTAL, cortes diretos de despesa	~R\$ 0,5-0,7 bi/ano	Corte de privilégio e propaganda; efeito já no 1º ano.	
Revisão da renúncia de ICMS (com contrapartida)	R\$ 0,6-1,8 bi	Por setor, não linear: Construção R\$ 6 bi × ~10%, Agro R\$ 3,75 bi × ~5%, demais ~R\$ 2,2 bi × ~15%. Prioriza o benefício SEM contrapartida verificada; faseado conforme o cadastro e a auditoria (ECO-07/08/09).	Requer lei / faseado
Recuperação de corrupção e desperdício	R\$ 0,2-0,35 bi	Recuperar ~metade do piso documentado; destinar a saúde e estrada.	Meta
Improdutividade e má alocação (LDO + debate)	R\$ 0,1-0,3 bi (estimado)	Estimar e cortar improdutividade e orçamentos mal alocados. Instrumentos: a INICIATIVA DA LDO (do governador, CF art. 165) + debate público com os Poderes, sem ferir a autonomia (não corta duodécimo).	LDO + debate
SUBTOTAL, renúncia + recuperação + má alocação	~R\$ 0,9-2,5 bi/ano	Maior porte; exige lei, prazo e debate; entra em rampa no mandato.	
TOTAL POTENCIAL (no pleno)	~R\$ 1,4-3,1 bi/ano	Soma conservadora, com dado verificado; cresce ao longo dos 4 anos.	

Nota de rigor: os quatro primeiros itens são medidos em dado oficial (folha e despesa). A revisão da renúncia e a recuperação de desvio são de maior porte, mas exigem lei, negociação e prazo, por isso o plano é FASEADO e não conta com o total no primeiro ano. Esta tabela é o PISO verificado; a âncora de R\$ 20,81 bi em 4 anos do Arcabouço Fiscal (seção 9) é o TETO, que assume captura mais agressiva da renúncia de ICMS. O plano trabalha entre o piso e o teto, escalando conforme a capacidade fiscal.

Tabela 2, Aplicação dos recursos (para onde vão)

Cada real aplicado tem origem na Tabela 1. Custeio permanente (saúde, segurança, educação) financiado por cortes + fração da renúncia; estrada corre por conta de capital/crédito, sem disputar o custeio corrente; a desoneração é a devolução do excedente ao cidadão. Valores anuais no pleno (4º ano), em rampa.

Aplicação	Quanto (R\$/ano)	O que entrega	Origem (Tabela 1)
Saúde, trajetória de +2 pontos/ano	R\$ 0,39 bi/ano (incremental)	Leitos e UTI no interior, regionalização e fixação de médicos (SAU-01/05). ~R\$ 195 mi por ponto do orçamento.	Cortes + renúncia
Segurança, mais efetivo e	R\$ 0,3-0,5 bi/ano	Novos concursos, com o número calibrado	Cortes + FNSP

tecnologia		pela capacidade fiscal e prioridade na fronteira, mais muralha digital e integração de dados (SEG-01/02), CAPEX alavancável no FNSP.	
Educação, efetivar o magistério	R\$ 0,3 bi/ano	Trocar o professor convocado (hoje 55%) por carreira; tempo integral (GES-08, EDU-02). Dentro do FUNDEB.	Cortes
Interior, estradas e pontes	Capital/crédito (não custeio)	Pavimentar os 39 trechos de terra e o 'fim das pontes de madeira' (INT-01/08); via crédito e Fundersul substituto.	Capital/crédito
Infraestrutura e tecnologia (saúde e segurança)	Capital/crédito + ~R\$ 0,2 bi/ano	Leitos e equipamentos de saúde, delegacias e presídios, muralha digital e IA (SAU-01/03, SEG-01/02, GES-11). CAPEX prioritário, alavancável em FNSP/Novo PAC/crédito, casado com a meta de 30% de investimento (INT-06).	Cortes + crédito/FNSP
Bolso do povo, desoneração	~R\$ 0,8 bi/ano (R\$ 3,18 bi/4 anos)	Devolver ao cidadão: ICMS zero na cesta e no gás, faixa social de energia (Eixo Bolso do Povo).	Espaço fiscal
TOTAL aplicado (no pleno, faseado)	~R\$ 2,0 bi/ano + capital	Custeio permanente em saúde, segurança e educação; mais efetivo e tecnologia na segurança; devolução ao povo; e estrada/infra por crédito e capital, com a tecnologia como prioridade de investimento.	

O fecho da tese: corta-se o privilégio (supersalário, comissionado, propaganda) e a renúncia sem contrapartida, e leva-se o resultado para saúde, segurança, educação e para o bolso do povo, a distância entre a riqueza gerada e a vida das pessoas, fechada em contas.